



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A infecundidade voluntária: a escolha por uma vida sem filhos

Mariana Vicente Marques

Mestrado em Sociologia

Orientadora:

Doutora Sónia Pintassilgo, Professora Auxiliar,
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Doutora Sandra Saleiro, Investigadora Integrada do CIES-IUL,
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2022



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

A infecundidade voluntária: a escolha por uma vida sem filhos

Mariana Vicente Marques

Mestrado em Sociologia

Orientadora:

Doutora Sónia Pintassilgo, Professora Auxiliar,
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Doutora Sandra Saleiro, Investigadora Integrada do CIES-IUL,
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2022

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer às treze entrevistadas que partilharam a sua vida comigo. As aprendizagens que retirei dessas conversas transcendem o contributo para este trabalho. Obrigada.

Em segundo lugar, agradecer ao Iscte e a todos os professores e professoras que fizeram parte do meu percurso ao longo destes seis anos de licenciatura e mestrado. Não sei se me tornei uma boa profissional, mas sem dúvida me tornei uma melhor pessoa.

Quero agradecer a toda a equipa do projeto FEMINA pela confiança, pela experiência e por terem sido um abrigo durante uma das fases mais desafiantes das nossas vidas: a pandemia. Obrigada ainda por todos os contributos que deram para esta tese.

Ao INE agradeço o apoio institucional e a confiança. Estou grata.

À grupeta maravilhosa: obrigada por me acolherem tão bem. Obrigada por tranquilizarem as minhas inseguranças e crises existenciais. Grata por torcerem por mim e me orientarem tão bem.

Aos meus amigos por estarem sempre aí, mesmo quando eu não sei que preciso. Obrigada em especial à Sara, Tiago G, Tiago C, Xana, Pedro, Paula, Luís, David, John.

Obrigada às minhas orientadoras pelos conselhos, pelo acompanhamento, pelo apoio em tantas esferas. Obrigada pelas palavras no momento e medida certa.

Aos meus pais, irmãos e sobrinho. Por serem a melhor certeza de todas. Por me deixarem ser livre; com as asas que me deram eu sempre regresso para casa.

E ao Rap. Por ser o início e o fim dos meus dias.

Resumo

Espera-se, socialmente, que em algum momento da vida uma mulher se torne mãe. Os ideais repronormativos assentam na ligação indissociável entre a mulher e a maternidade que se assume como um destino quase inevitável na vida das mulheres.

Com este trabalho pretende-se dar um contributo para o debate e compreensão do fenómeno da não maternidade voluntária, através da análise de trajetórias de vida de treze mulheres portuguesas que não querem ter filhos. Procurou-se compreender o que está por trás de uma decisão de não querer ter filhos, sobretudo no que diz respeito às dimensões da vida que estas mulheres mais valorizam, os motivos que as mesmas apontam para a sua decisão e a sua posição face à maternidade.

Através de entrevistas biográficas, tentou-se compreender a forma como estas mulheres constroem e vivenciam uma decisão de não ter filhos. A análise permitiu identificar três perfis correspondentes a diferentes processos de construção da decisão.

Os resultados apontam para a construção da decisão de não ter filhos como um processo que vai ocorrendo ao longo da trajetória de vida de uma pessoa. A opção pela não maternidade nem sempre é precoce e irrevogável, podendo apresentar graus variáveis de rejeição e de segurança face à decisão ao longo do tempo. Independentemente do momento e do contexto de vida em que uma mulher se encontra, todas as narrativas de infecundidade voluntária são importantes para o estudo deste fenómeno.

Palavras-chave: infecundidade voluntária; narrativas; não maternidade voluntária; repronormatividade

Abstract

It is expected, socially, that a woman at a certain moment of her life becomes a mother. The repronormative ideals fall on the indissociable connection between the woman and the maternity that is assumed almost as an inevitable destiny in a woman's life.

With this work, the goal is to give a contribute to the debate and comprehension of the voluntary childlessness phenomenon, through the analysis of the trajectory of life of thirteen Portuguese women that do not want to have children. In this work, the intent was to try and comprehend what is behind the decision of not wanting to have children, specially in regards to what dimensions of life these women most value, the motives that they indicate for their decision and their stand on maternity.

Through biographic interviews, this work tries to understand the way these women build and experience the childfree decision. The analysis allowed to identify three profiles that match different processes of the construction of the decision.

The results point to the construction of the childfree decision as a process that occurs throughout the life course of a person. The decision of childfree is not always premature and irrevocable, as it can present various variable degrees of rejection and security in regards to the decision throughout time. No matter the moment or life context that the woman is in, all narratives of voluntary childlessness are important for the study of this phenomenon.

Key-words: childfree woman; narratives; repronormativity; voluntary childlessness

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 – Práticas da maternidade: uma viagem pela sociologia da família	3
1.1 Transformações na família e mudanças de paradigma.....	3
1.2 Panorama geral da fecundidade em Portugal.....	6
Capítulo 2 – Significados da maternidade: o surgimento de uma feminilidade sem filhos	9
2.1 Expectativa e norma reprodutiva.....	9
2.2 A não maternidade voluntária.....	11
Capítulo 3 – Objetivos e estratégia metodológica	17
Capítulo 4 – Infecundidade desejada: A construção da decisão	21
4.1 Características e contexto individual e coletivo.....	22
4.2 Contexto relacional.....	26
4.3 Repronormatividade.....	29
4.4 Os perfis do processo de decisão.....	31
Capítulo 5 – Reflexões finais	37
Bibliografia	39

Introdução

O ter filhos ou o querer ter filhos são processos distintos, ambos importantes e estruturantes na vida das pessoas, aparecendo recorrentemente como um objetivo de vida ou uma necessidade para um percurso de vida pleno e feliz (Anzorena e Yáñez, 2013). Mas o que acontece com as pessoas, nomeadamente com as mulheres, que não desejam ser mães, que não equacionam a maternidade nos seus estilos e percursos de vida, nem perspetivam ter filhos como uma forma de autorrealização?

A ideia para este projeto surgiu após o meu confronto com os resultados do Inquérito à Fecundidade de 2013 (INE, 2013), que demonstraram que cerca de 8% das mulheres em idade fértil não equaciona a maternidade nos seus percursos de vida. Com esta confrontação, brotou a curiosidade de compreender os processos sociais que estão na base de projetos de não fecundidade em mulheres portuguesas, numa altura em que tanto se fala de políticas de incentivo à natalidade e em que Portugal surgiu, em 2020, como um dos países da União Europeia onde se registaram menos nascimentos por cada mil habitantes e apresentou um dos valores mais baixos do índice sintético de fecundidade¹.

Quando amigos ou familiares me perguntam qual o tema da minha dissertação de mestrado, as reações são de alguma surpresa. Porquê este tema? E não é difícil adivinhar a pergunta que, quase sempre, se segue: “Não queres ter filhos, é?”. Se dúvidas houvesse, esta reação acaba por ser reveladora da importância de debater este tema e de conhecermos mais discursos de mulheres em relação à maternidade e às suas intenções de fecundidade.

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos. Os dois primeiros capítulos referem-se ao enquadramento teórico e análise do estado da arte. Num primeiro capítulo procurou-se dar conta dos contributos da sociologia da família, analisando as transformações na família e mudanças de paradigma, incluindo também um balanço do panorama geral da fecundidade em Portugal.

No segundo capítulo abordam-se os principais contributos para uma análise do fenómeno da não maternidade, passando pela expectativa e norma reprodutiva, e analisando vários estudos qualitativos e quantitativos, nacionais e internacionais que nos ajudam a entender a dimensão e expressão do fenómeno.

O terceiro capítulo é dedicado aos objetivos e estratégia metodológica, com a apresentação e definição do método utilizado neste trabalho, e alguns dados sociodemográficos sobre as entrevistadas.

¹ O Índice Sintético de Fecundidade (ISF), diz respeito ao número médio de filhos (vivos) por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos) (INE, 2018).

O quarto capítulo refere-se ao tratamento e análise da informação e está dividido em quatro subcapítulos. Os primeiros três versam sobre três dimensões de análise: características e contexto individual e coletivo, contextos relacionais e repronormatividade. O último diz respeito à identificação dos vários perfis que condensam os diferentes processos de tomada de decisão.

O último capítulo é de conclusões e considerações finais, onde surgem algumas reflexões através do confronto dos resultados com o enquadramento teórico.

CAPÍTULO 1

Práticas da maternidade: uma viagem pela sociologia da família

1.1 Transformações na família e mudanças de paradigma

A família é uma das instituições sociais que tem passado por inúmeras transformações ao longo das décadas e uma dimensão importante das sociedades modernas.

O estudo de Burgess (1960) é considerado como um dos pontos de partida para uma análise sociológica da família. O autor propõe a ideia de transformação da família como “instituição” em família “companheirismo”. Esta transformação dever-se-á sobretudo à transição da produção agrícola para a industrial, assim como à mobilidade geográfica e às vagas de urbanização que a acompanhavam (Torres, 2001). No modelo de Burgess, a família é fundada pelo casamento por afinidade, que é decidido por livre escolha dos cônjuges (Dias, 2015). Assim, são a afinidade e a realização pessoal que fundam o casamento e não as circunstâncias económicas associadas ao modelo institucional (Torres, 2001 e Dias, 2015).

Giddens (1996) chama de “amor romântico” a este modelo familiar de companheirismo, que começou a surgir no final do século XVIII e que surge através de uma ligação entre ideais amorosos e valores morais religiosos. Este novo modelo familiar reflete uma ideia de narrativa pessoal e está ligada a valores como a liberdade e a autorrealização. A emergência do amor romântico, para Giddens (1996), tem de ser entendida a partir das mudanças que afetaram a vida das mulheres, como a criação da “casa”, a mudança nas relações entre pais e filhos (a chamada *valorização da criança*, com as crianças a começarem a ser consideradas vulneráveis e necessitadas de proteção e apoio) e a associação entre a mulher e a maternidade.

Giddens (1996) demonstra que a sexualidade moderna, sobretudo a partir do século XIX, foi construída a partir da idealização da mãe, alimentando de forma direta alguns valores presentes no amor romântico. Assim, a associação da maternidade com a feminilidade, constituem qualidades da personalidade de uma mulher e são fundamentais para a existência do amor romântico. A mulher passou a ter mais poder dentro de casa, responsável pela educação dos filhos e pelo bem-estar familiar, mas esse poder circunscrito não possibilitava que as mulheres vivessem e experienciassem o mundo exterior. Ao mesmo tempo, os homens concentravam a maioria das suas atividades de trabalho e lazer fora de casa, com liberdade para viver no exterior de casa e sem maiores responsabilidades na esfera privada, o que levou o autor (Giddens, 1996) a concluir que o amor romântico estava associado à subordinação das mulheres e à sua separação do espaço público. A ideia de Giddens pode fazer recordar a teoria dos papéis sexuais de Parsons (1968), na medida em que este considerava que o

homem devia desempenhar o papel instrumental e a mulher o expressivo. No entanto, Parsons argumentou que estes não deviam competir em relação aos papéis atribuídos, uma vez que poderia fazer surgir conflitos e uma competição interna que comprometeria o ideal de família (Dias, 2005).

Nos anos 70 do século XX, assistiu-se a uma mudança de paradigma no conceito de família, associada principalmente à mudança de noção de mulher-natureza para a noção de mulher-indivíduo (Dias, 2005). Vários fatores estiveram na base desta alteração, como a progressiva inserção das mulheres no mercado de trabalho, o aumento das taxas de divórcio, o controlo e a descida da natalidade e mudanças nos planos ideológicos (Dias, 2005). No plano ideológico, começou a ser colocada em causa a noção de mulher-natureza, que a confinava ao papel doméstico e expressivo, sobretudo com o crescimento dos movimentos feministas (Idem). Neste âmbito, Elisabeth Badinter (1985) mostra que o “instinto” materno é um mito. Ao percorrer a história desde o século XVII até ao século XX, a autora demonstra que não existe uma conduta universal relativa ao ser mãe. Existe uma constante variabilidade e mudança naquilo que são as atitudes e as práticas de maternidade, pelo que a autora propõe que o amor materno é um sentimento contingente, variável, que pode existir ou não e que pode desaparecer (Badinter, 1985). Não existe, portanto, um determinismo natural e o amor materno não é inerente às mulheres, dependendo da pessoa, da sua história e dos contextos sociais, culturais e históricos.

Nos anos 1980 e 1990, a sociologia da família contemporânea começou a preocupar-se com o individualismo na vida conjugal, caracterizando a família contemporânea, sobretudo pela grande valorização do sentimento afetivo e pela procura de autonomia dos atores familiares (Leandro, 2001). Singly (1993) diz-nos, a este respeito, que a família conjugal é privada e pública, uma vez que passa por um processo de privatização devido à crescente valorização das relações interpessoais e à maior intervenção do estado na própria “socialização” do grupo familiar e, em concomitância, é um espaço onde cada vez mais os indivíduos protegem a sua individualidade (Dias, 2005).

Kaufmann (1993) refere que a família tem passado por um processo onde se desinstitucionalizam certos aspetos da vida familiar, ao mesmo tempo que se institucionalizam outros. Apesar de se verificar um aumento de desafeição em relação à instituição família, que se traduz na redução dos casamentos civis e religiosos e no aumento das uniões de facto e do divórcio, a vida em casal continua a ser valorizada e a ser a norma da vivência em família (Leandro, 2001). Assim, ainda que nas sociedades contemporâneas ocidentais se expresse um crescente individualismo, e ainda que os laços sociais se revelem mais enfraquecidos, “a vida de família, a partir do casal, aparece como o elemento mais favorável à proteção dos indivíduos” (Besnard, 1997, apud. Leandro, 2001: 174). Neste âmbito, Kaufmann (1993) defende que o casal se transformou num sistema de ajustamentos em que os indivíduos elaboram um trabalho constante e um conjunto de ajustamentos um ao outro.

Através das contribuições teóricas da sociologia da família, é possível mapear e compreender os principais fatores que estiveram na base das transformações na família, ao longo dos séculos. Este debate demonstra, em grande medida, que as mudanças nas famílias estão associadas a transformações sociais, culturais, históricas e demográficas que têm marcado e reconfigurado as sociedades modernas. Adicionalmente, a concepção que cada pessoa individualmente tem de família pode diferir e gerar conflito, uma vez que algumas pessoas podem ter uma imagem mais tradicional da família, enquanto outras a rejeitam, sendo que a maioria mantém uma mistura contraditória de ideais tradicionais e novas expectativas de acordo com a geração e o gênero (Beck-Gernsheim, 2002).

A própria concepção de relacionamento reconfigurou-se nas últimas décadas. Lembrando o contributo de Bauman (2004), as relações amorosas modernas, mesmo que se institucionalizem através do casamento, não têm uma garantia de durabilidade como acontecia anteriormente. Os relacionamentos modernos têm uma natureza frágil e são marcadas por uma certa insegurança e desconfiança face ao outro. O compromisso incondicional do “até que a morte nos separe” foi substituído por um compromisso que se prevê durar enquanto for bom para as duas partes. Esta incerteza e receio faz com que seja muito mais difícil arriscar uma entrega ao outro sem reservas, porque existe sempre uma possibilidade latente de dissolução que resultará em sofrimento para alguma das partes (Bauman, 2004). Esta fluidez e a dificuldade de construir relações sobre alicerces de vulnerabilidade, além de caracterizar as relações modernas, dificulta a sua solidificação, a entrega e a confiança ao outro, já que “em todo o amor há pelo menos dois seres, cada qual a grande incógnita na equação do outro” (Bauman, 2004: 11). Por outro lado, essa natureza menos duradoura das relações emerge de novas dinâmicas e novos significados de família, que tornam a família um lugar de realização e bem-estar individual (Guerreiro, Torres e Lobo, 2007).

Todos estes contributos reforçam a ideia de que a família é uma instituição em permanente mudança. A sociologia da família, ao longo das décadas, tem tido um papel importante na tentativa de definir a família e dar conta das suas formas, porém a família continua a ser essencialmente pensada a partir de um modelo heterossexual e de diferenciação entre homens e mulheres (Aboim, Vasconcelos e Costa, 2013). A continuidade destes esquemas contribui para a reprodução de pensamentos e ideologias que marginalizam as formas de família não dominantes. Por outro lado, reproduzem também uma ordem de gênero heteronormativa, contribuindo para a replicação de estereótipos de gênero sobre homens e mulheres (em relacionamentos gays e lésbicos) e de visões sobre o que deve ser uma família (Aboim, Vasconcelos e Costa, 2013).

1.2 Panorama geral da fecundidade em Portugal

Numa análise das famílias em Portugal (Delgado e Wall, et al., 2014), os autores demonstram que nos últimos anos acentuaram-se algumas tendências de mudança nas famílias portuguesas, como o aumento das uniões de facto, divórcios e dos nascimentos fora do casamento, ao mesmo tempo que a taxa de fecundidade diminuiu e a esperança média de vida aumentou.

Denota-se uma orientação das famílias em Portugal para o companheirismo e para uma grande valorização dos filhos e do casal. Os filhos aparecem mesmo como um elemento central da vida das pessoas, sendo que a dimensão reprodutiva é uma das dimensões que os casais mais valorizam nos primeiros tempos de casamento/união, aparecendo como um projeto de vida conjunto (Aboim, 2005).

As famílias portuguesas passam por um processo de privatização pautado por uma maior autonomia residencial, de saída das mulheres para o mercado de trabalho, mas também por um fechamento da família nuclear face ao resto. Por outro lado, também se evidencia um outro movimento de transformação que é o do individualismo, caracterizado pela procura do equilíbrio entre a emancipação individual e as responsabilidades familiares e sociais. Denota-se maior investimento nos projetos profissionais, sobretudo das mulheres, maior autonomia na gestão de dinheiro e de atividades de lazer fora de casa. No entanto, observam-se também constrangimentos relativos à individualização, nomeadamente o papel de mãe que continua a ter uma grande preponderância nas práticas familiares e que pode dificultar ou contrariar a emancipação pessoal (Aboim, 2005).

Também se verificou um enfraquecimento de ideais mais tradicionais, através, por exemplo, da aceitação generalizada do divórcio (Aboim, 2005) e da celebração do casamento de forma civil (Pina e Magalhães, 2014). Desde o ano de 2007 que são registados, em Portugal, mais casamentos civis do que religiosos. Por exemplo, em 2021, 71,3% dos casamentos em Portugal foram celebrados de forma não religiosa (Pordata, 2022). Se analisarmos os dados relativamente aos divórcios em Portugal, o número de divórcios por cada 100 casamentos tem vindo a aumentar consideravelmente sobretudo a partir de 2007, atingindo valores recorde em 2020 (ano em que iniciou a pandemia do covid-19) – onde foram registados 91,5 divórcios por cada 100 casamentos (Pordata, 2022).

Para a análise das alterações nos padrões e comportamentos familiares é importante compreender os fenómenos associados à emancipação das mulheres e à democratização dos papéis de género (Guerreiro, Torres e Lobo, 2007). A entrada e integração das mulheres no mercado de trabalho (tanto em número de horas efetivo, como em proporção), a escolarização, a maior autonomia financeira, o controlo reprodutivo, o direito ao divórcio, têm um impacto direto nas estruturas familiares, no número de filhos, na idade do(s) nascimento(s) do(s) fiho(s) e na autonomia das mulheres.

A taxa de atividade feminina apresenta valores cada vez mais próximos da taxa de atividade masculina e, com o aumento da escolarização nas últimas décadas, as mulheres adquiriram qualificações, o que representa um impacto na participação profissional e no crescimento da população ativa (Guerreiro, Torres e Lobo, 2007). Por outro lado, a distribuição do trabalho doméstico em Portugal ligada a tarefas rotineiras (como preparar refeições, cuidar da roupa, limpar a casa) e ao cuidado de crianças ou idosos continua a plasmar fortes desigualdades de género, uma vez que é sobretudo sobre a mulher que recai essas responsabilidades (Perista, et al., 2016). Mesmo em franjas da população onde as disparidades relativas ao trabalho doméstico se reduzem, a mulher continua a desempenhar o papel dominante. Ainda que conte com uma maior ou menor ajuda do cônjuge ou companheiro, o homem continua a ser alguém que “apoia” e “ajuda”, longe de um cenário de partilha efetiva (Perista, et al., 2016).

Atualmente Portugal apresenta um dos níveis mais baixos de fecundidade da União Europeia, contrariamente ao que aconteceu no passado quando registava dos valores mais elevados da Europa no que concerne ao número médio de filhos por mulher em idade fértil. Em 2020, nasceram em média 1,40 filhos por mulher, um número inferior ao da média da União Europeia (1,50) e bastante afastado dos valores registados em França (1,8), na Roménia (1,8), na Dinamarca e Suécia (1,7) (Pordata, 2022). Se recuarmos até à década de 1960, Portugal apresentava dos valores mais elevados da Europa, cerca de 3,16 filhos por mulher em idade fértil. Em 1982 registou-se, pela primeira vez, um valor abaixo do limiar da substituição das gerações (Pordata, 2020), sendo que desde então os valores se têm afastado, cada vez mais, do necessário para se garantir a substituição de gerações (2,1 filhos por mulher em idade fértil).

Como já referimos, para este fenómeno contribuíram diferentes fatores, sobretudo os que estão ligados à emancipação feminina e à crescente valorização da criança. Apesar da importância de todas estas transformações e da sua evolução ao longo do tempo, um dos fenómenos que também contribuiu para as alterações nos padrões de fecundidade diz respeito às mulheres que não são mães. É evidente que a grande maioria das mulheres em Portugal demonstra desejo de ter filhos (INE, 2021) e incluem-nos nos seus planos e percursos de vida. No entanto, vale a pena considerar que a escolha pela não maternidade é um fenómeno que, aparentemente, apresenta uma tendência crescente e é uma realidade de uma parte das mulheres portuguesas.

CAPÍTULO 2

Significados da maternidade: o surgimento de uma “feminilidade sem filhos”

2.1 Expectativa e norma reprodutiva

A construção dos papéis sociais da mulher e de feminilidade têm estado profundamente associadas às práticas e significados da maternidade. A maternidade foi, de maneira recorrente e consecutiva, entendida como um caminho normal, inquestionável e inevitável na vida de uma mulher (Gillespie, 2000).

Ao mesmo tempo que começaram a ocorrer transformações nas experiências sociais, sexuais e reprodutivas das mulheres em resultado da sua inserção no mercado de trabalho, da escolarização, de avanços nos direitos das mulheres, do acesso a métodos contraceptivos, da laicização do estado, etc., a maternidade parece continuar a aparecer como a pedra angular da identidade feminina. Porém, à medida que as mulheres se envolvem cada vez mais em diferentes papéis e experiências, vão aparecendo novos discursos (Gillespie, 2000; Anzorena e Yáñez, 2013) espelhando novas vontades, intenções e diferentes visões relativas à maternidade. No final do século passado, começaram a surgir os primeiros estudos e as primeiras análises às pessoas que, por vontade ou por contexto, não têm filhos (Hoffman e Levant, 1985; Houseknecht, 1987; McAllister, F., e Clarke, L, 1998; Somers, M. D, 1993). Interessa-me, neste trabalho, considerar as mulheres que não têm filhos voluntariamente e perceber de que forma estas mulheres constroem os seus discursos em torno desta decisão.

A linguagem utilizada para designar o estado das mulheres que não têm filhos, sobretudo na literatura anglo-saxónica, remetia apenas para a ausência de filhos (*childless* e *childlessness*), não separando essa ausência devido a escolha e devido a contexto (como, por exemplo, a infertilidade). Entendamos, pois, por não maternidade voluntária ou infecundidade voluntária (*childfree*), todas as mulheres que não são mães e que expressem o desejo de não ter filhos.

O desejo pela não maternidade é um tema onde se verificam vários vazios teóricos e metodológicos. Na sociologia, este não é um fenómeno muito debatido, porém, alguns estudos nomeadamente sobre representações sociais, demonstram que as pessoas que optam por não ter filhos são, muitas vezes, alvo de críticas e discriminação (Gillespie, 2001; Park, 2005). Estas pessoas são, frequentemente, vistas como mais egoístas, mais materialistas, individualistas e menos maduras, sendo que as mulheres são vistas como menos felizes e tendo uma vida menos gratificante (Park, 2005). São pessoas que passam por constantes processos de estigma e exclusão e que criam e reivindicam discursos e narrativas que lhes permitam responder a essas críticas e preservar o seu *self*.

De acordo com Goffman (1975), o estigma é um resultado de atributos que exigimos socialmente aos outros. Isto é, um grupo social é estabelecido através de meios de categorização de pessoas e de atributos comuns entre os membros. Assim, sabemos que em determinados ambientes sociais existe uma grande probabilidade de encontrar pessoas com os atributos ou as características específicas que categorizam esse meio social. São rotinas sociais baseadas no que é expectável que o outro seja; essas expectativas normativas transformam-se em exigências rigorosas ao ponto de se estranhar, muitas vezes, quando não são cumpridas. Um indivíduo que não cumpra uma determinada expectativa social torna-se diferente dos outros e pode entrar, conseqüentemente, para um campo de desvio. Goffman (1975) defende que quando se deixa de considerar “comum” uma pessoa por não cumprir uma categoria esperada socialmente e quando essa diferença é vista com descrédito ou como um defeito ou uma desvantagem, essa característica representa um estigma.

Portanto, os processos de estigma associados à não maternidade devem-se ao facto de uma das maiores pressões sociais que recai sobre a mulher ser a maternidade. Devido à ligação da capacidade biológica que as mulheres possuem de procriação e lactação e a responsabilidade que às mesmas têm sido atribuídas nos cuidados infantis, a maternidade tem sido considerada como adquirida na vida de uma mulher (Chodorow, 1978). Esta ligação ou assunção entre a maternidade e a mulher pode ser chamada de “regime de maternidade”, que é definido como um conjunto de expectativas culturais apoiadas na tradição e transformadas em práticas sociais, políticas e legais (Santos, 2018). O regime de maternidade pode ter contornos diferentes consoante o país ou a sociedade que estudamos, porém, um dos aspetos fulcrais presentes no regime de maternidade diz respeito à norma reprodutiva, que tem vindo a ser chamada, em literatura sociológica, de repronormatividade (Santos, 2018). A repronormatividade pode ser entendida como uma força ideológica que se limita a atos de reprodução heteronormativos, especificamente através da família heteronormativa patriarcal (Weissman, 2016). O ter filhos tem sido de tal forma considerado garantido, que apenas as mulheres que não têm filhos são consideradas como tendo feito uma escolha – uma escolha que, como já vimos, é avaliada como não natural, não normal, não tradicional e, portanto, desviante (Franke, 2001; Santos, 2018).

Espera-se que, em algum momento da vida, uma mulher se torne mãe. A expectativa reprodutiva é, muitas vezes, muito mais alimentada coletivamente do que pelas mulheres individualmente, sobretudo para aquelas que não têm uma intenção ou ideia definitiva e clara em relação àquilo que pretendem para as suas vidas (no que à maternidade diz respeito). Quando uma mulher não tem filhos é necessário precisar o motivo: não quer ou não pode? O não poder remete para um sentimento coletivo de desventura, compaixão e, muitas vezes, um cenário de sofrimento (Gillespie, 2003).

O não querer ter filhos é muito mais reprovável socialmente do que o não poder, uma vez que uma mulher aparentemente apta para ter filhos opta por rejeitar uma realidade que parece inevitável.

Percebe-se então que o ter ou não filhos voluntariamente é uma escolha que transpõe as barreiras do indivíduo para quem esta escolha tem, realmente, impacto, já que é uma decisão socialmente construída e determinada.

Uma objeção utilizada quando se questiona a norma reprodutiva diz respeito ao dever de reprodução da espécie. Pode-se concordar com a ideia de que o futuro da espécie depende da reprodução contínua, o que não significa o dever de assumir a reprodução enquanto um imperativo biológico organizado culturalmente (Franke, 2001). O que remete para a importância de uma atitude vigilante face aos discursos pró-natalistas, assim como aos desincentivos à reprodução que são sobretudo exercidos sobre as mulheres pobres e imigrantes (Franke, 2001).

2.2 A não maternidade voluntária

Houseknecht (1987) elaborou um estudo relativo aos motivos apontados por homens e mulheres que não querem ter filhos, para essa tomada de decisão. Pode observar-se que os motivos são variados, mas têm a limitação de serem motivos pré-escolhidos pelo investigador, não sendo possível saber a importância que o inquirido dá a cada um desses motivos. Ainda assim, o motivo que aparece como mais importante diz respeito à “liberdade da responsabilidade de ter filhos”, o segundo diz respeito à “maior satisfação entre o casal” e à “felicidade do casal”. Embora a decisão de ter ou não filhos possa ser uma questão fraturante na vida de um casal, sobretudo se não existir concordância, os casais que demonstram desejo de não ter filhos consideram que o permanecer sem filhos é importante para manter um relacionamento íntimo que os mesmos consideram satisfatório, já que a existência de filhos pode alterar as dinâmicas do relacionamento (Gillespie, 2003).

A carreira feminina também representa um peso significativo nos motivos, sobretudo para as mulheres, o que demonstra a consciência de que é sobretudo a vida profissional das mulheres que é afetada pela maternidade. O quarto motivo mais mencionado foi a “preocupação pelo crescimento populacional” e de seguida a “aversão geral às crianças” (Houseknecht, 1987 e Park, 2005). Relativamente às diferenças entre homens e mulheres, estas indicavam mais vezes motivos mais altruístas e coletivos (preocupação com o crescimento populacional, dúvidas relativas às suas capacidades de se tornarem mães, problemas mundiais) e os homens citaram mais vezes motivos mais racionais e individualistas (vantagens monetárias, aversão a crianças) (Houseknecht, 1987). Estes dados parecem refletir que uma feminilidade saudável e madura é definida culturalmente pela autoconfiança e carinho, sendo que escolher não ser mãe parece ser mais desviante para as mulheres do que para os homens, uma vez que a masculinidade continua a ser definida sobretudo pela conquista profissional (Park, 2005).

É importante referir que a escolha pela não maternidade acontece sobretudo em países em que esta escolha é possível, já que em países com índices de religiosidade mais elevados, menor nível educacional e menor emancipação feminina, a não maternidade voluntária não é um percurso possível na vida de uma mulher (Kreyenfeld e Konietzka, 2017). Segundo vários autores, nota-se uma tendência maior para a não maternidade em mulheres que têm níveis de escolaridade mais elevados e, portanto, um foco acentuado na sua carreira profissional. Isto demonstra-nos que a escolha reprodutiva e a maior autonomia das mulheres criaram a possibilidade de as mulheres optarem por não ter filhos, algo que não era possível para a geração anterior de mulheres e algo que é menos possível para as mulheres que vivam em contextos onde esta autonomia esteja mais condicionada (Gillespie, 2003).

Gillespie (2003), acredita que estudar o fenómeno da não maternidade voluntária permitirá uma compreensão mais ampla da identidade de género. A partir de um estudo com 25 mulheres que não desejavam ter filhos, a autora sugere que algumas mulheres rejeitam a maternidade em favor daquilo que elas consideram como vantagens associadas a um estilo de vida sem filhos (como, por exemplo, mais disponibilidade para investir nas suas carreiras profissionais), mas também que se começa a notar uma rejeição mais radical da maternidade por parte de algumas mulheres. Esta rejeição, segundo a autora, está associada a uma visão da maternidade que valoriza muito mais as perdas (de tempo livre, energia e identidade) a ela associada do que as vantagens que a mesma possa trazer (Gillespie, 2003). Esta tendência de permanecer sem filhos aliada a um discurso pautado pela falta de desejo da maternidade é o ponto de partida para criar uma nova feminilidade, já que muitas destas mulheres parecem experimentar uma identidade de género livre da maternidade – aquilo que Gillespie (2003) chama de “feminilidade sem filhos”. Isto diz-nos que esta tendência, aparentemente crescente, para a não maternidade é um exemplo de que a ausência de filhos por vontade faz parte da ampla gama de possibilidades que engloba as experiências do “ser mulher” (Gillespie, 2001) e da identidade feminina.

Relativamente a dados nacionais relacionados com o fenómeno da não maternidade por vontade, os Inquéritos à Fecundidade dão-nos algumas luzes relativamente à sua expressão. Se analisarmos os dados recolhidos no primeiro Inquérito Português à Fecundidade, de 1980 (INE, 1983), percebe-se que no que concerne ao fenómeno da não maternidade os dados são inconclusivos, uma vez que a única variável passível de ser analisada a esse respeito é a questão: “Se pudesse escolher exatamente o número de filhos a ter em toda a sua vida, quantos seriam?” (INE, 1983). Para além disso, a forma como os dados foram apresentados não nos permite compreender o caso das mulheres que não têm filhos e que não os desejam ter, uma vez que apenas faz referência à percentagem de mulheres casadas segundo o número de filhos vivos o que, para além de excluir os casos das mulheres não casadas ou viúvas, não discrimina os casos em que as mulheres já tenham tido filhos das que ainda

não experienciaram a maternidade – o que acaba por ser revelador de como as normas sociais se refletem nos resultados estatísticos (Besson, 1992).

No Inquérito à Fecundidade de 1997 surgiu a variável “número máximo de filhos desejados”, que corresponde à soma do número de filhos já havidos e dos que ainda são desejados (INE, 1997). Assim, a partir desta variável é possível determinar a percentagem de mulheres que não desejam ter filhos. Os resultados mostram que a percentagem de mulheres que não deseja ter filhos aumenta com a idade. Se nos focarmos nas faixas etárias dos 20 aos 24 anos e dos 25 aos 29 anos, apenas 2,1% das mulheres não tem nem pensa vir a ter filhos no futuro. A partir da faixa etária dos 30 aos 34 anos, esta percentagem aumenta, atingindo o seu valor máximo nas mulheres entre os 45 e os 49 anos, onde se observa um valor na casa dos 8,7% (INE, 1997).

Analisando os dados disponibilizados pelo INE em resultado do Inquérito à Fecundidade de 2013, das mulheres que (ainda) não transitaram para a maternidade, em média, estas esperavam vir a ter 1,55 filhos, valor bastante diferente do registado no Inquérito à Fecundidade de 1997, onde o número de filhos desejados remetia para os 2,1 filhos por mulher.

As mudanças nos padrões familiares, os níveis educacionais mais elevados, a maior participação da mulher no mercado de trabalho, são fatores que poderão ter influenciado a atitude das mulheres e também dos homens em relação à vida reprodutiva. Apesar disso, a grande maioria das mulheres que não são mães demonstra intenção de ainda vir a ser, embora se verifique também uma percentagem que não equacionam a maternidade nos seus percursos de vida. A percentagem de mulheres em idade fértil que não têm nem tencionam ter filhos é de 8% (INE, 2013).

Se analisarmos este fenómeno segundo as faixas etárias das inquiridas, podemos concluir que são as mais velhas (com idades compreendidas entre os 40 e 49 anos) que dão maior peso a este fenómeno, sendo que 10,7% dentro desta faixa etária afirmam que não querem ser mães. São as mulheres com idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos de idade que menos se expressam em relação à não maternidade (5,1%). Estes resultados demonstram que o menor desejo de ter filhos poderá resultar de um “ciclo fecundo assumido como completo” (INE, 1997: 54) sendo que em idades mais jovens, mesmo que a maternidade não venha a ser uma realidade, é uma opção possível para estas mulheres.

No que diz respeito aos motivos importantes na decisão de não ter filhos, 66,6% das mulheres aponta como motivo importante os custos financeiros associados a ter filhos. O segundo motivo mais apontado (48%) diz respeito à dificuldade para conseguir emprego e o terceiro remete para “não ter idade para ter filhos”. Percebe-se, então, que alguns dos motivos que as mulheres mais apontam para a decisão de não ter filhos remetem para situações de contexto ou de (ausência de) condições.

Existem ainda outros motivos que as mulheres consideram importantes na sua decisão, como o “não querer ter a responsabilidade de ter um filho”, “menos tempo para outras coisas importantes na vida” e a “dificuldade de conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal” (INE, 2013).

Segundo os dados do último Inquérito à Fecundidade (Clemente, Lages e Malta, 2021), uma em cada 10 pessoas em período fértil não tem nem deseja vir a ter filhos, o que representa 8,4% das mulheres e 11% dos homens. Os motivos apontados como mais importantes ou importantes na decisão de não ter filhos diz respeito à “vontade da própria” (indicado por 77,9% das mulheres) e o “não faz parte do projeto de vida” (71,2% das mulheres). O terceiro motivo que aparece com maior peso na decisão de não ter filhos diz respeito à “estabilidade/progressão profissional da própria e ou do/a cônjuge ou companheiro/a” (apontado por 55,8% das mulheres). Outros motivos ainda foram apontados como importantes na tomada de decisão, como “não se sente preparada para passar pela gravidez ou parto”, motivos financeiros, motivos relacionados com a conciliação entre a vida profissional e a pessoal, a não existência de companheiro/a, a vontade do/a companheiro/a, condições da habitação e motivos relacionados com a idade da própria ou a idade do/a companheiro/a.

A análise por escalões etários, apresenta um cenário idêntico ao verificado em 2013. São as mulheres mais velhas (40-49 anos) que dão maior peso a este fenómeno, sendo que 10,1% das mulheres nesta faixa etária não têm nem tencionam ter filhos. As mulheres entre os 30 e os 39 anos são as que menos se expressam em relação à intenção de não ter filhos (6,4%) (INE, 2021).

Sabemos que os dados nos dizem muito sobre uma realidade, porém a forma como os instrumentos de recolha de dados são pensados também reflete os modelos de pensamento vigentes no período em que foram criados. É por isso interessante fazer esta comparação entre os vários Inquéritos à Fecundidade e perceber a forma como as classificações se vão alterando ao longo do tempo. No Inquérito à Fecundidade de 1980 a forma como as variáveis e indicadores foram criados não nos permite saber a percentagem de mulheres que não tem e não deseja ter filhos, o que só por si é representativo de como o debate da separação entre a mulher e a maternidade, de que temos vindo a falar, estava ainda, na década de 1970, numa fase embrionária.

No Inquérito à Fecundidade de 1997, no que diz respeito aos motivos, surgiu a variável “Motivos possíveis, considerados importantes, para não se desejar (mais) filhos”. Os motivos mais apontados são “ter crianças implica grandes custos, sobretudo quando crescem” e “educar uma criança traz muitos problemas e complicações” (INE, 1997). Este instrumento peca por não permitir analisar separadamente as pessoas que têm e não querem ter mais filhos, das pessoas que não têm e não querem ter filhos, o que impossibilita uma análise relativa à infecundidade voluntária.

Se analisarmos os principais motivos que as mulheres apontam para a sua decisão, podemos observar que os mais apontados no Inquérito à Fecundidade de 2013 remetem muito mais para situações de contexto e condições (custos financeiros associados, dificuldades para conseguir emprego e não ter idade), enquanto os motivos mais apontados no de 2019 remetem muito mais para uma ideia de rejeição da maternidade (vontade própria, não faz parte do projeto de vida, estabilidade/progressão profissional). Se refletirmos sobre a própria construção destes indicadores, percebemos que, por exemplo, “vontade da própria” não é uma categoria comparável com os indicadores presentes no Inquérito de 2013. Isto demonstra que, também na construção destes indicadores, tem vindo a notar-se uma mudança na tentativa de espelhar esta realidade de uma forma mais representativa.

Através destes dados fica impossibilitada uma análise longitudinal do fenómeno da infecundidade voluntária em Portugal. Sobretudo no que aos motivos diz respeito, não é possível perceber se no espaço de alguns anos o perfil das mulheres que não têm filhos por vontade se tem vindo a alterar ou, por outro lado, os dados do Inquérito de 2019 acabam por refletir realidades que não eram incluídas nas opções de resposta de inquéritos anteriores. Esta impossibilidade reflete os limites dos processos de produção estatística, que implicam uma reprodução das normais sociais. As categorias utilizadas (por exemplo, nos diferentes inquéritos à fecundidade) exprimem um certo consenso a propósito de uma determinada realidade, sendo necessário adaptar os instrumentos e acautelar a capacidade de comparação de dados (Bacelar, 1996). De qualquer forma, esta análise é reveladora do caminho desbravado até aqui e, sobretudo, do impacto que, nos últimos anos, o debate público tem tido nos discursos das mulheres que optam por não ter filhos e, por conseguinte, na própria construção dos instrumentos de recolha de dados.

Remetendo, agora, para a abordagem qualitativa, num estudo realizado em Portugal, onde foram entrevistadas seis mulheres que não desejam ter filhos, a autora analisou os percursos, circunstâncias e as razões que estão na base desta decisão (Manteigas, 2011). Ao contrário de outros estudos em torno da infecundidade voluntária, este demonstra que o maior investimento na carreira profissional nem sempre é um fator determinante na decisão de não ter filhos, uma vez que nenhuma das mulheres entrevistadas dá prioridade à sua vida profissional. Um resultado interessante neste estudo prende-se com o peso que a situação conjugal das entrevistadas tem na decisão de ter ou não filhos. Para algumas entrevistadas, o facto de não existir parceiro/a estável influencia fortemente o seu desejo atual de permanecer sem filhos (admitindo ponderar a maternidade caso um/a futuro/a parceiro/a deseje filhos) (Manteigas, 2011).

Alguns autores chamam a atenção para o cuidado que se deve ter ao analisar o fenómeno da não maternidade, uma vez que, por escolha ou por circunstância, este acontecimento pode ser pautado

por ambivalências. Quando se trata de pessoas que não têm filhos, alguns autores (Letherby, 2002; McAllister e Clarke, 1998) encontraram perfis para categorizar essas pessoas: pessoas que desde cedo não querem ter filhos, que são descritas como sentindo menos afinidade com bebês e crianças e, nestes casos, a carreira profissional não representa um peso tão grande na decisão; pessoas que decidiram não ter filhos mais tarde, mas que em jovens pensaram nessa possibilidade; pessoas que não têm filhos devido a acontecimentos que ocorreram ao longo da vida e que protagonizaram o adiamento perpétuo; pessoas que não têm uma posição concreta em relação à maternidade, porque não têm a certeza se querem ou não tornar-se mães – que são descritas, na literatura, como ambivalentes; e pessoas que não têm filhos involuntariamente, isto é, gostariam de ter filhos, mas por algum motivo não concretizaram esse desejo.

Hoffman e Levant (1985) criaram critérios para classificar as pessoas que não querem ter filhos. Isto é, são consideradas voluntariamente sem filhos, pessoas entre os 25 e os 35 anos que estão casadas ou juntas há mais de dois anos, que não têm filhos de relacionamentos anteriores nem qualquer impedimento físico ou financeiro e que decidiram de forma permanente não ter filhos (Silva e Frizzo, 2014).

A grande variedade de critérios que vários autores utilizam para estudar este fenómeno já de si nos demonstra a complexidade do tema. Ter ou não filhos é uma decisão que pode depender de muitos fatores exteriores à própria vontade da pessoa e mesmo a vontade é um critério que apenas faz sentido no presente, podendo estar suscetível a alterações ao longo dos anos.

CAPÍTULO 3

Objetivos e estratégia metodológica

Os objetivos desta dissertação passam por compreender o que está por trás de uma decisão de não querer ter filhos, nomeadamente no que diz respeito às dimensões da vida que estas mulheres mais valorizam, os motivos que as mesmas podem apontar para a sua decisão e a sua posição face à maternidade ou à sua vida reprodutiva, na tentativa de identificar e compreender os perfis que possam existir quando analisamos decisões de não fecundidade voluntária.

Também se pretende perceber as dinâmicas e processos relacionais que estão presentes na vida das entrevistadas, com o intuito de compreender as dimensões da vida de uma mulher onde se efetiva ou não uma certa pressão para a maternidade.

Percebemos a importância que as dinâmicas relacionais, nomeadamente, na dimensão conjugal têm na vida das pessoas. A decisão de ter ou não filhos pode ser estruturante na forma como as pessoas vivem estas relações, pelo que se pretende também neste projeto perceber de que forma as mulheres vivem e negociam as suas relações amorosas.

Tendo em conta os objetivos deste projeto, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa, utilizando uma estratégia metodológica comparativa-tipológica (Costa, 1999) e com recurso a um método biográfico para a recolha de dados. Entendendo a escolha pela não maternidade como uma decisão processual e individual, acredito que a construção e condensação da informação recolhida através de tipologias, seria adequado ao estudo do fenómeno da não maternidade de uma forma mais ampla e em profundidade.

Na minha dissertação, não me preocupa a natureza mutável que uma decisão de não ter filhos possa ter. Os discursos, assim como as vontades, podem não sobreviver à passagem do tempo, ou podem ganhar outros sentidos e significados. Assim, o único critério que coloco *a priori* para a escolha das minhas entrevistadas é, à data do primeiro contacto, o desejo de uma vida sem filhos. Assumindo a complexidade do tema e a natureza processual que a decisão de não ter filhos possa representar, poderei encontrar na história de vida destas mulheres ambivalências interessantes para uma análise mais profunda sobre os perfis, os percursos e os discursos das mulheres que optam por não ter filhos – o que justifica uma abordagem metodológica qualitativa.

Para compreender a escolha de uma metodologia biográfica, talvez seja importante sublinhar que este trabalho se debruça, em grande parte, sob o tema da infecundidade desejada. Para isso é necessário compreender as diferenças sobretudo entre os conceitos de fecundidade esperada e

desejada. A fecundidade esperada diz respeito ao número de filhos biológicos tidos, mais o número de filhos que as pessoas pensam vir a ter no futuro (incluindo uma gravidez atual, caso se aplique) (INE, 2019). Já a fecundidade desejada, diz respeito ao número de filhos biológicos desejados pelas pessoas ao longo da sua vida, independentemente dos que têm e dos que pensam vir a ter (INE, 2019). Assumindo, portanto, que a infecundidade desejada é um processo que ocorre ou vai ocorrendo ao longo da vida de uma pessoa, considero importante recolher estes discursos a partir de um contexto narrativo de história de vida.

O método BNIM (Biographical Narrative Interpretive Methods) é considerado um método sócio-biográfico e psicanalítico, uma vez que uma narrativa expressa pensamentos conscientes, mas também processos culturais e sociais inconscientes (Wengraf, 2001). Este método destaca-se por ser pouco intrusivo, tentando condicionar o menos possível a narrativa do entrevistado.

Uma entrevista BNIM é composta por três subsessões. Na primeira subsessão é apresentada uma única pergunta narrativa cujo objetivo é obter um discurso longo que espelhe a reação espontânea do entrevistado face à pergunta inicial (Cardenal, 2016). Na segunda subsessão o entrevistador pede para o entrevistado aprofundar alguns tópicos que foram abordados durante a primeira subsessão, tendo que seguir rigorosamente a sequência da narrativa e utilizar as palavras que o entrevistado utilizou na primeira subsessão (Wengraf, 2001) para, mais uma vez, condicionar o menos possível o entrevistado, não dando pistas em relação àquilo que o entrevistador considera mais importante para a sua análise. Por fim, na terceira subsessão, são colocadas algumas questões não narrativas, como por exemplo dados sociodemográficos ou alguma questão que o entrevistador considere pertinente e que não tenha sido mencionada pelo entrevistado (Wengraf, 2001).

A pergunta inicial da qual resulta a primeira subsessão tem uma estrutura já definida pelos autores do método, sendo apenas adaptada para o estudo em questão. No caso deste trabalho, a pergunta inicial colocada às entrevistadas foi:

“Como sabe, estou interessada em pesquisar sobre pessoas que decidiram não ter filhos.

Por favor, conte-me a sua história, todas as experiências e acontecimentos que considera importantes para si, pessoalmente.

Pode começar onde quiser. Não há pressa, pode levar o tempo que quiser. Irei ouvir primeiro, sem interromper e vou tirando algumas notas. No caso de ter mais perguntas, perguntarei no fim, depois de me contar a sua história.

Sendo este um estudo sobre pessoas que decidiram não ter filhos, conte-me por favor a sua história, todas as experiências e acontecimentos que considera importantes para si, pessoalmente”.

O método BNIM tem prevista uma metodologia de tratamento de dados própria, através de painéis analíticos que privilegiam o estudo de casos individuais, designados como *golden cases*. Porém, e

considerando que um dos objetivos desta dissertação passa por identificar perfis, regularidades e/ou irregularidades nos discursos das mulheres que não desejam ter filhos, considero pertinente uma análise das entrevistas através da criação e aperfeiçoamento de dimensões analíticas, que permitam fazer uma comparação tipológica (Costa, 1999).

Relativamente à amostra, vários estudos (Gillespie, 2003; Hoffman e Levant, 1985; Park, 2005;) indicam que as mulheres que optavam por não ter filhos eram mulheres sobretudo com níveis de escolaridade mais elevados. Nesse sentido e tratando-se de uma dissertação de mestrado e, portanto, de um trabalho de natureza reduzida, considerou-se uma amostra de mulheres com altos níveis de escolaridade. Não foi incluído qualquer critério relativamente à orientação sexual.

O recrutamento das entrevistadas foi feito de duas maneiras: em primeiro lugar, foi utilizada a base de dados do projeto FEMINA², que incluía inicialmente a aplicação de um questionário sobre saúde sexual e reprodutiva de homens e mulheres portugueses/as e cabo-verdianos/as. As variáveis que remetiam para fecundidade desejada e esperada permitiram-nos chegar às pessoas que não querem ter filhos. Adicionalmente, estas pessoas foram também questionadas sobre os motivos que as levam a não querer ter filhos.

Focando a minha análise em mulheres portuguesas, a base de dados do FEMINA não me permitia ter uma amostra suficiente, pelo que utilizei em seguida a amostragem em bola de neve, utilizando as minhas redes de contacto e também perguntando às pessoas que ia entrevistando se poderiam indicar novas potenciais entrevistadas.

Foram realizadas, no conjunto, treze entrevistas, todas remotamente (através de vídeo-chamada), sobretudo devido às restrições impostas pela pandemia. As entrevistas foram transcritas integralmente e posteriormente feita uma análise temática. As entrevistadas tinham, no momento da entrevista, entre 25 e 50 anos, sete delas viviam em Lisboa, uma na Amadora, uma em Aveiro, uma em Montemor-o-Novo, uma em Santarém e uma em Viseu.

Este método biográfico e narrativo, devido à sua natureza permite recolher informação muito detalhada, possibilitando uma análise autónoma sobre as singularidades de uma decisão de não ter filhos e sobre o que elas revelam.

² O projeto FEMINA (Fertility, Migration and Acculturation) foi desenvolvido entre 2018 e 2021 em parceria do ISAMB-FMUL com o CIES-IUL. Os principais objetivos passavam por identificar determinantes socioculturais da saúde sexual e reprodutiva de homens e mulheres portuguesas(as) e cabo-verdianos(as) em idade fértil e compreender a diversidade das suas experiências e expectativas de saúde sexual e reprodutiva tendo em conta as especificidades das dinâmicas migratórias, sociais e familiares.

Figura 1 – Caracterização sociodemográfica das entrevistadas

Nome³	Idade	Nível de Escolaridade	Relação amorosa atual	Vive em casal	Profissão	Concelho de residência
Alice	35	Mestrado	Sim	Sim	Antropóloga	Montemor-o-Novo
Ana	25	Mestrado	Sim	Não	Formadora e gestora de projetos	Amadora
Andreia	42	Doutoramento	Sim	Sim	Profª. Ensino Superior	Lisboa
Catarina	25	Licenciatura	Não	-	Consultora de TI (tecnologia e informação)	Lisboa
Dani	45	Bacharelato	Sim	Sim	Técnica de espetáculos	Aveiro
Elis	31	Licenciatura	Sim	Sim	Técnica Superior	Lisboa
Madalena	35	Licenciatura	Não	-	Fisioterapeuta	Viseu
Mariana	26	Licenciatura	Sim	Não	Auditora	Lisboa
Nicole	33	Mestrado	Não	-	Técnica Superior de Estatística	Lisboa
Rita I.	33	Licenciatura	Sim	Não	Politóloga	Lisboa
Sara	50	Ensino Secundário	Sim	Sim	Bancária	Lisboa
Sofia	29	Mestrado	Não	-	Profª. de 2ºciclo	Santarém
Teresa	27	Pós-graduação	Sim	Não	Assistente de <i>Trade Marketing</i>	Lisboa

³ Os nomes presentes nesta dissertação não correspondem aos nomes reais das entrevistadas. Os nomes fictícios foram escolhidos pelas mesmas, no final da entrevista.

CAPÍTULO 4

Infecundidade desejada: A construção da decisão

As entrevistas são, sobretudo para o entrevistador, um momento de escuta. Para o entrevistado é sobretudo um momento de reflexão e autocrítica. As entrevistas biográficas, como as que apliquei nesta tese, têm a vantagem de oferecer ao entrevistado a possibilidade de conduzir a sua narrativa do início ao fim, com as paragens, alterações de velocidade e mudanças de direção que pretender. As treze entrevistas realizadas revelam como a construção da decisão de não ter filhos é um processo ancorado pela trajetória individual e, em simultâneo, pautado por ambivalências, singularidades e especificidades que constroem a vida e a história de uma pessoa. Nesse sentido, o processo de decisão não é estático e não é descrito como definitivo. A possibilidade de ter filhos é uma porta fechada, mas não totalmente trancada na vida da maioria destas mulheres (sobretudo para as que ainda não completaram o seu ciclo reprodutivo). Tal não significa que elas queiram ou venham um dia a ter filhos, simplesmente não é possível oferecer uma garantia vitalícia a essa decisão.

Sendo a problemática da análise a construção de uma decisão de não ter filhos, poderão considerar-se três dimensões chave para a análise de um processo de decisão. A primeira tem a ver com a repronormatividade, isto é, a pressão que estas mulheres possam sentir para ter filhos. Pode ser uma pressão mais direta como o questionamento dos outros em relação à sua decisão, a descredibilização devido a não ter filhos ou em relação à sua escolha, ou uma pressão mais indireta como o enfraquecimento de algumas relações sociais ou alguns constrangimentos que uma pessoa pode passar devido à sua decisão.

Uma segunda dimensão é a do contexto relacional, que pode ser familiar, social ou conjugal. Nesta dimensão, pretende-se compreender de que forma as mulheres vivenciam e negociam a sua decisão no seio das suas relações mais próximas.

A terceira dimensão diz respeito às características ou contexto individual e coletivo. Nesta dimensão existem várias subdimensões de análise como os motivos para não querer ter filhos, o contexto e experiências passadas que possam representar algum peso nesta decisão.

Estas três dimensões estão fortemente relacionadas entre si, sendo difícil escolher uma ordem pela qual começar a análise.

Durante as entrevistas foi comum ouvir discursos como “nunca me imaginei a ser mãe”, “nunca tive esse desejo”, “nunca senti esse chamamento”, entre outras frases que contrariam a norma social associada à maternidade. Isto não significa diretamente que todas as entrevistadas tivessem tido sempre esta convicção em relação à sua decisão; tão pouco significa que tenha sido ou seja um

processo tranquilo na vida de todas elas. Veremos, nas próximas páginas, de que forma o processo de decisão construído a partir das trajetórias, é influenciado pelas diferentes dimensões.

4.1 Características e contexto individual e coletivo

Como referido acima, o processo de decisão vai-se construindo à medida em que as pessoas se vão também construindo e está profundamente relacionado com as características e contextos individuais. Algumas experiências pessoais podem, por isso, ter um peso significativo na decisão de não ter filhos, como no caso de Dani, que pese embora não seja o único ou o central motivo da sua decisão, considera ter a sua importância:

«Tenho uma irmã dois anos mais velha que eu (...), atualmente tem dois filhos, ou seja, teve três, um faleceu e posso dizer que foi uma das coisas muito... como é que te vou explicar... muito duras de entender, de perceber e de vir a perceber que é o lado de quando uma mãe perde um filho, ou seja, o facto de ser não natural, não é natural (...). E foi uma das coisas que me despertou... foi um clique, sabes? Foi aquela cena do “eu não quero passar por isto”, não me vejo a passar por isto. Não te digo que é o propósito de não ter filhos, mas sinto que é um dos.» (Dani, 45 anos)

Algumas experiências passadas podem não apenas ter peso na decisão, mas na forma como estas mulheres sentem e vivem a sua decisão. No caso de Alice, a morte precoce da sua mãe acabou por ser um fator que atenuou a pressão que pudesse vir a sentir:

«A nossa mãe morreu [silêncio] há 10 anos atrás e acredito que se ela fosse viva, acredito que ela fizesse mais pressão para ter netos. (...) Acredito que se ela fosse viva ela faria mais pressão e talvez isso me faria balançar mais, e isso foi algo que eu já pensei várias vezes, se calhar não estava tão relaxada e a sentir-me tão assente na minha decisão se a minha mãe fosse viva.» (Alice, 35 anos)

Por outro lado, este acontecimento pessoal acaba por trazer dúvidas e um sofrimento acrescido, porque não querendo também o irmão da entrevistada ter filhos, a ideia de se perder a memória da mãe dificulta a pacificidade da decisão:

«Nem sempre é uma decisão completamente, que eu sinta completamente pacífica, que é isso (...) não me é também completamente indiferente a ideia da passagem de um, da passagem não propriamente da herança patrimonial, mas de memória, é uma coisa que me custa também, e custa-me às vezes pensar que o meu cocktail genético, meu e do meu irmão vai acabar aqui e às vezes pensar nisso, sobretudo tendo em conta que a minha mãe, que a genética da minha mãe vai acabar em nós, é uma coisa que às vezes penso e que não é, não vem sem peso, quando penso nisso não é uma coisa que venha sem peso. E também das memórias, não é, eu acho que, eu sei que é tudo finito e que as pessoas com algumas exceções, as pessoas são esquecidas ao fim de uma, duas gerações no máximo, mas às vezes penso nisso também, a memória da minha mãe. (...) Às vezes sinto que é um assunto que não está completamente resolvido e que há um lado que é mais emocional que às vezes vem um bocadinho mais ao de cima, mas depois não tem força, ou seja, nenhum destes argumentos tem força face aos outros que são eventualmente mais racionais, mas na verdade acabam por não ser propriamente pressões externas, são coisas que sinto, vou sentindo.» (Alice, 35 anos)

Em alguns casos a decisão de não ter filhos não vem sem peso e pode até existir um medo de arrependimento associado. Mesmo em casos em que as mulheres afirmam que não sentem vontade de se tornarem mães, a verdade é que às vezes não é possível saber se essa decisão se irá manter no tempo. Além disso, sabemos que a possibilidade de ter filhos para as mulheres acontece num espaço de tempo relativamente curto:

«Ainda assim o que eu tenho mais medo não é... portanto eu não quero ter filhos agora, mas a questão é que começo a ter medo de me arrepender daqui a uns anos. Neste momento não quero ter, não me vejo com filhos, mas tenho medo de daqui a 4, 5 anos me arrepender e ser tarde de mais, sobretudo isso. (...) É eu estar consciente das decisões e saber que isso tem um impacto... Até que ponto é que isso depois na altura pesa ou não, se calhar na altura até não pesa, não sei, mas até pensei há uns tempos congelar óvulos, por exemplo, para não sei, de alguma forma é um plano B ou ajudar a um plano B.» (Nicole, 33 anos)

Na maioria dos casos, não existe um único propósito isolado que fundamente uma decisão de não ter filhos. Algumas questões relacionadas com o contexto também podem ter um peso nessa decisão. Por exemplo, nos casos de Catarina e Madalena, o contexto de saúde influencia muito o processo de decisão:

«Não quero agora, nem no futuro se calhar, porque eu tenho um cavernoma que me dá muitas enxaquecas e se calhar vou ter de parar a medicação que eu faço para poder ter filhos e isto vai soar um bocado egoísta, mas eu acho que prefiro continuar funcional e poder viver a minha vida e fazer tudo, do que passar ali um ano descompensada com enxaquecas a não conseguir estar funcional.» (Catarina, 25 anos)

«Eu aos 27 anos fui diagnosticada com esclerose múltipla, e foi de uma forma um pouco agressiva, no início da doença e tive de fazer, e faço, uma medicação para a qual a principal advertência foi não poder ter filhos enquanto faço essa medicação, e portanto foi algo que eu afastei logo da minha esfera pessoal e portanto nem sequer coloco em hipótese ter.» (Madalena, 35 anos)

Apesar de um diagnóstico crónico aparecer como um motivo central nas trajetórias destas mulheres, a verdade é que, mesmo nestes casos, a doença não é a única variável, nem talvez a primeira que sustenta a decisão. Outros motivos estão presentes como a perda de liberdade para fazer o que lhe apetece e quando lhe apetece, a responsabilidade, a dificuldade de conjugação com a vida profissional e, mais uma vez, um desejo que nunca existiu. Nestes casos, as entrevistadas consideram que o diagnóstico acabou por ser o reforçar de uma vontade que nunca existiu e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de “justificar” de uma forma mais simples a sua decisão para os outros:

«Eu acabo por lidar bem, porque se calhar vou buscar ao meu problema de saúde uma desculpa logo implacável, digamos assim, talvez se eu não tivesse esclerose múltipla seria mais difícil de lidar com essa pressão, agora como tenho esta questão da medicação praticamente corto ali logo a discussão e fica logo resolvido o assunto.» (Madalena, 35 anos)

Na introdução deste capítulo, referi que, mesmo em trajetórias de vida cuja decisão se tenha mantido mais ou menos estática, as entrevistadas não costumam rejeitar na sua totalidade a hipótese de se tornarem mães. Assim acontece também com Madalena e Catarina, que, apesar de rejeitarem por completo a ideia de serem mães biológicas, não trancam a porta da adoção, embora a mantenham, até ao momento, fechada.

Alguns motivos amplamente apontados pelas entrevistadas sugerem uma visão da maternidade a partir de perdas a ela associadas. A perda de liberdade, a dificuldade de conjugação com o trabalho associado a uma grande valorização da carreira, a perda de independência e de energia, etc. Tal como Gillespie (2003) sugere, as mulheres que não querem ter filhos não pensam a maternidade e as atividades a ela associada como gratificante ou compensadora, mas antes como um sacrifício, ou o renunciar de outras atividades importantes para elas:

«A questão de eu me querer dedicar à minha vida profissional, eu neste momento já estou a trabalhar (...) e isso faz-me muito feliz e lá está, não sei até que ponto é positivo a minha felicidade não ir ao encontro a ter uma família e eu ir tê-la só porque sim, não sei, não sei até que ponto isso seria justo fosse para quem fosse.» (Ana, 25 anos)

«É que em relação à minha vida seria ter de abdicar muito da minha carreira profissional, como disse é uma coisa que eu gosto, não me vejo a fazer outra coisa, e mesmo durante a pandemia que tive fechada em casa, não tive aquela coisa do... “ah, não se passa nada, era giro ter um filho”, não!».» (Dani, 45 anos)

«Ser mãe implica deixar muitas prioridades para trás que para mim são fundamentais como viajar, ter liberdade para ir ao cinema quando me apetece, portanto, ter um filho implica que muita coisa muda na vida, vai mudar muita coisa e talvez pronto, não esteja disposta a abdicar de certas coisas que um filho iria condicionar.» (Madalena, 35 anos)

«Tanta coisa que eu gosto que é a autonomia, a liberdade para fazer o que quiser e quando quiser não é, e obviamente com crianças isso é tudo mais difícil, a começar sei lá, por ter refeições a tempo e horas e essas coisas todas, as coisas mais básicas, que uma pessoa adulta também tem, mas não tem com esse preciosismo todo que é necessário para uma criança e eu não gostava nada de abdicar dessas pequenas coisas que para mim são muito importantes.» (Nicole, 33 anos)

«Um projeto de maternidade de há uns anos a esta parte seria uma interrupção e seria uma disrupção dos meus atuais projetos de vida e acho que foi aí, dos 28 p’ra cá, talvez 27, p’ra cá, que comecei a aperceber-me que não queria, ou seja não queria interromper os meus projetos de vida, e que a vida tinha seguido outro caminho e que neste outro caminho não havia espaço para constituir família dessa forma.» (Rita I., 33 anos)

«Imagina, eu sempre pensei que queria ter uma carreira de sucesso fosse em que área fosse e tendo essa prioridade na cabeça, de ter uma carreira, não é que sejam incompatíveis, estás a perceber, mas depois se calhar, não sei, não lhe vou dar a atenção necessário ou tipo, ou vou dizer “olha, por tua causa não vou ser aquilo que queria”.» (Sofia, 29 anos)

«(...) é essa falta de liberdade, mudança na minha vida, responsabilidade, a maternidade em si, não me vejo, nem quero, não imagino o meu corpo a passar por isso, não sinto mesmo curiosidade ou não quero nada disso (...), sentir-me presa

dessa forma, ou seja, para mim eu vejo quase como uma coisa assustadora, uma prisão e de como é que isso ia afetar a minha vida.» (Teresa, 37 anos)

A ideia de perda associada à maternidade por parte das mulheres que não querem ter filhos, parece então ser contrária à ideia tradicional que aponta as mulheres sem filhos como mais infelizes (Gillespie, 2003). Pelo contrário, estas narrativas sugerem que a maternidade implicaria abdicar de um estilo e projeto de vida que as realiza.

Além dos motivos já falados acima, como a perda de liberdade e independência, a importância dada ao trabalho e a dificuldade de conjugação entre a vida pessoal e trabalho, outros motivos são também apontados por estas mulheres, como o financeiro, os receios associados ao parto e aos primeiros meses de maternidade, as mudanças que acontecem no corpo durante e depois da gravidez, a falta de ligação com as crianças, a preocupação com o mundo e, por fim, a vontade.

A maioria dos motivos que estas mulheres apontam para não querer ter filhos são individuais, isto é, estão associados às suas vidas e ao impacto direto que um filho traz à vida de uma pessoa. Apesar disso, podemos observar que um motivo também apontado por algumas destas mulheres tem características mais coletivas. Por um lado, este motivo tem um cariz mais filantrópico ou altruísta aliado a uma preocupação com o mundo mais acentuada; por outro lado, acaba por estar relacionado a uma visão do mundo mais pessimista. Isto é, o não ter filhos é, de alguma forma, um contributo para o mundo e, ao mesmo tempo, uma forma de não trazer novos seres a um mundo onde o sofrimento é garantido.

«A primeira coisa que me vem à cabeça para justificar o porquê de eu não querer ter filhos, tem muito mais a ver com o mundo basicamente, ou seja, sinto que não, a ideia de criar uma vida num mundo que eu imagino quase apocalíptico, se calhar é muito pessimista, mas é assim um bocadinho que imagino... sei lá, em 30, 40, 50 anos e estar a pôr uma criança num mundo destes é uma coisa que me faz muita confusão.» (Alice, 35 anos)

«A sensação que eu tenho é que a maioria das pessoas tem filhos por motivos puramente egoístas ou autocentrados e que depois tudo o que pode correr mal com ter um filho, é trazer uma pessoa nova à Terra, uma Terra que vai colapsar e a única coisa com que conseguimos garantir a essa criança é que essa criança vai lidar com sofrimento, como criança, como adulto, a única coisa que eu posso garantir é que alguma coisa em algum momento vai correr mal.» (Andreia, 42 anos)

«Há tanta criança, isto agora é a parte idealista minha do há tantas crianças no mundo e estamos com sobrepopulação, se fosse alguma vez ter um filho preferia mil vezes adotar porque assim estou a fazer alguma coisa de bom para a sociedade.» (Catarina, 25 anos)

«Acho que uma das coisas que afeta a minha decisão tem a ver com o facto de eu achar que o mundo em geral e Portugal, ainda não é de todo o sítio onde eu gostava que crescesse uma criança.» (Elis, 31 anos)

4.2 Contexto relacional

Como seres sociais que somos, é importante compreender como é vivida uma decisão de não ter filhos dentro das relações familiares, conjugais e sociais destas mulheres (Gillespie, 2003; Silva e Frizzo, 2014).

Algumas entrevistadas referem a importância de conhecer pessoas com o mesmo desejo de não ter filhos, uma vez que se sentem identificadas relativamente a uma questão que é muitas vezes contestada entre amigos e familiares.

«Para mim foi importante conhecer outras pessoas, eu achei importante porque à medida que nós vamos crescendo, pelo menos eu senti isso, que aos 12, 13 anos, quase todas as crianças dizem que um dia eventualmente querem ser mães ou pais, porque é isso que veem muito refletido na sociedade, que têm de ter e que é o normal e, portanto, foi bom quando aos 15, 16 uma amiga me disse que não queria ter filhos e eu acho que foi importante para mim.» (Mariana, 26 anos)

«Uma das minhas melhores amigas desde a adolescência nunca quis ter filhos, ou seja, nós crescemos juntas e acho que foi a única de nós do secundário que sempre disse taxativamente que não queria ter filhos (...) e acho que isso foi importante para mim de alguma forma, acho que seria mais difícil se eu à minha volta não tivesse ninguém que tivesse a mesma vontade que eu porque é muito fácil sentirmo-nos isoladas numa situação destas, somos uma minoria.» (Rita I., 33 anos)

Além de se relacionarem com pessoas que têm o mesmo desejo, as entrevistadas referem também a importância de manterem relações entre amigos e familiares que compreendem a sua decisão.

No que diz respeito ao plano conjugal, uma decisão de não querer ter filhos implica sempre uma negociação, uma vez que é uma experiência ou um projeto de vida construído normalmente entre duas pessoas.

Antes de iniciar a análise desta subdimensão, gostaria de partilhar uma experiência que tive durante o recrutamento das entrevistadas. Contactei uma mulher que não queria, nem nunca quis ter filhos para averiguar a possibilidade de a entrevistar no âmbito deste trabalho. A resposta tardou em chegar, e a entrevista acabou mesmo por ser recusada:

«Confesso que estive a ponderar e sinto que, neste momento, não tenho uma estrutura firme o suficiente para desbravar este assunto... Continuo a não ter vontade de ser mãe, mas como tenho um marido que adora crianças, o assunto tornou-se sensível (...). É algo que me atormenta muito, daí eu não conseguir falar nesta fase».

De facto, esta experiência corrobora o que Silva e Frizzo (2014) referem, já que a decisão de não ter filhos pode ser complexa para o casal e pode mesmo ser um gatilho para ruturas ou para constrangimentos dentro de uma relação. É possível que um dos parceiros não queira ter filhos e o outro sim, ou mesmo sendo uma questão negociada no início, é uma decisão que pode oscilar ao longo

do tempo e trazer novos desafios para o casal. Os resultados mostram que, de facto, muitas mulheres se confrontam ou confrontaram (em relacionamentos anteriores) com obstáculos nas suas relações devido à sua decisão:

«Eu tive dois relacionamentos longos e realmente sempre foi uma questão que teve de ser discutida, numa das relações até foi uma questão que levou ao término.» (Madalena, 35 anos)

«É assim, nós tínhamos aqui uma diferença de ideias, o meu [ex] marido sempre quis ter filhos, e, portanto, nunca foi um consenso, nunca foi um consenso, foi mais uma opção minha.» (Sara, 50 anos)

«A minha namorada pensa em num futuro ter filhos e é algo que nós não falámos muito seriamente ainda. (...) ia ser na mesma esta prisão para mim que só de pensar já me deixa ansiosa. Quando o assunto surge levamos um bocadinho como brincadeira, “ah tu queres eu não quero”, mas não vamos já entrar nesse assunto, vamos deixar andar e já vemos, nunca houve uma conversa séria sobre isso.» (Teresa, 27 anos)

Ao longo da análise foi possível compreender que não existe uma única forma de negociar ou abordar o tema dentro de uma relação. Porém, algumas mulheres com uma posição mais firme em relação à sua decisão, afirmam que o tema foi abordado inicialmente, isto é, antes de dar o passo de iniciar ou continuar a relação existe a preocupação de comunicar ao/à parceiro/a que não desejam ser mães:

«Com a minha companheira é super tranquilo porque ela não quer ter filhos e desde o princípio da nossa relação que sei disso dela, e que eu lhe disse o mesmo.» (Alice, 35 anos)

«Ele ao contrário de mim queria muito ter filhos e punha mesmo como baseline dele de ser pai um dia e tinha mesmo isto muito fincado e eu ao contrário não, e ele sempre soube disto desde o início. (...) nunca vimos a relação como algo para ficar para sempre, era algo temporário que ia durar o tempo que durasse até poder durar, portanto numa altura em que ele quisesse mesmo ter filhos e eu não, aí teríamos isto plenamente consciente que teríamos de acabar (...) já sabíamos que era quase o prazo de validade da relação.» (Catarina, 25 anos)

«Todos os meus relacionamentos antes de tomar grandes decisões de vivermos juntos e essas coisas todas, uma das coisas que eu punha logo muito clara era: eu não quero ser mãe. Ou seja, não era aquela coisa do vamos viver juntos e depois logo se vê, vamos ser felizes, depois há aquela coisa do se acontece acontece, se não acontece não acontece, não... eu dizia sempre “atenção que, eu nos meus planos, não me vejo a ser mãe, ou seja, não está na minha perspectiva de futuro ser mãe”.» (Dani, 45 anos)

«Foi uma conversa que tivemos no início, quer dizer um pouco mais à frente (...), foi uma coisa que foi falada, ambos não queremos e não pensamos ter bebés num futuro próximo nem se quer num futuro de todo, mas obviamente estamos abertos a que, caso um mude de ideias, isso seja uma conversa a ter, mas será sempre uma conversa a ter e não algo que esteja no nosso futuro.» (Elis, 31 anos)

«Neste momento tenho um namorado, ele também não quer ter filhos, portanto até foi fácil nesse sentido. (...) Se agora ele quisesse ter filhos acho que isso seria um problema que nós teríamos, honestamente.» (Mariana, 26 anos)

É interessante perceber que a construção de uma decisão de não ter filhos atravessa, como vimos, a história individual de uma pessoa. Existem muitas variáveis que a compõem, podendo ser as relações conjugais mais uma incógnita na equação. No caso de Rita I, por exemplo, a entrevistada considera que um projeto de maternidade para ela só fazia sentido até uma determinada idade. Passada essa idade não se via a ser mãe, porque não queria interromper a sua carreira num ponto em que ela já estivesse bem estabelecida. A verdade é que aos 26, 27 anos estava numa relação estável com um parceiro com quem se via a constituir um projeto de parentalidade, mas nesse momento o parceiro não queria ser pai:

«O meu namorado na altura não queria ter filhos, não é que não queria ter filhos, não queria ter na altura, para ele era uma coisa de futuro mais distante e para mim era exatamente o oposto, ou seja, ou acontecia ali ou não acontecia e não aconteceu.» (Rita I., 33 anos)

Uma decisão de não ter filhos pode acompanhar o desenrolar e os desenvolvimentos de uma relação amorosa, sendo que os tempos de decisão podem também influenciar o decurso da relação e da própria decisão. Para Rita, o facto do seu ex-companheiro não estar disponível para iniciar um projeto de parentalidade naquele momento, inviabilizou a relação e a sua decisão em ter filhos. Se o seu companheiro na altura estivesse disposto, talvez Rita tivesse iniciado um projeto de maternidade. Não estando, a entrevistada também não estaria disponível para o fazer posteriormente, o que acabou por ditar o fim da relação. Na sua relação atual, admite sentir-se aliviada por não sentir qualquer pressão para se tornar mãe, algo que neste momento não estaria disposta a fazer:

«Atualmente estou numa relação estável. (...) a pessoa com quem estou já tem um filho e de certa forma posso dizer que isso me confortou bastante, de alguma forma aliviou-me porque me retirou qualquer pressão que eu pudesse vir a sentir nesse sentido, porque eu nunca pensei muito nisso, mas acredito que sim, que fosse sentir alguma pressão se a pessoa com quem eu quisesse ter uma relação quisesse ter filhos. Mas neste momento, como estou nesta situação até posso usar a palavra alívio, porque foi o que eu senti por saber que a outra pessoa tinha um projeto de parentalidade já realizado e que não contava comigo para isso e que não precisava de mim para o realizar, porque eu não estaria disponível neste momento para o fazer.» (Rita I., 33 anos)

Como referi inicialmente, o único critério que utilizei para a escolha das entrevistadas era, à data do contacto, o desejo de uma vida sem filhos. Mas a verdade é que, tal como referido várias vezes acima, a construção de uma decisão de não ter filhos é complexa. Algumas mulheres podem pensar em ter filhos durante muitos anos e mais tarde perceber que não querem ou decidirem não ter, mas o contrário também pode acontecer. O caso de Ana surpreendeu-me por isso mesmo. A entrevistada conta que durante muitos anos se sentia completamente certa em relação à sua decisão de não ter filhos, mas quando conheceu o seu atual namorado começou a ter dúvidas. Embora sinta que ainda não tem uma resposta ou decisão definitiva, é algo que lhe poderá fazer sentido num futuro:

«O meu parceiro é super respeitador nesse aspeto e em vários, mas ele não consegue esconder o brilho nos olhos quando pensa em criar família e, lá está, na verdade isso também se pega, quando nós estamos com uma pessoa que tem realmente esse objetivo tu comesças a pensar duas vezes nas coisas, se seria assim tão possível e é bonito, é bonito pensar nisso, lá está, não é que depois eu vá para casa pensar, se fosse só eu ou se a nossa relação acabasse, eu fosse pensar em ter filhos, mas se calhar com ele até faria sentido, não sei.» (Ana, 25 anos)

4.3 Repronormatividade

A maternidade é aceite socialmente como uma inevitabilidade na vida das mulheres. Tal como a literatura indica (Chorodow, 1998; Franke, 2001; Santos, 2018; Weissman, 2016), não cumprir a expectativa reprodutiva torna estas mulheres vulneráveis à crítica e preconceito por parte de outras pessoas.

A expectativa de amigos e familiares relativamente à maternidade varia em termos de intensidade e é vivida de forma diferente por parte destas mulheres. Todas as entrevistadas referiram que são comuns perguntas como “então e para quando filhos?”, “não queres ter filhos porquê?”. O questionamento em relação aos filhos ou à decisão de não os ter é bastante recorrente, sobretudo entre amigos e familiares. A maioria das entrevistadas considera viver esse questionamento de uma forma tranquila. Porém, algumas delas vivem com certa angústia o facto de, sobretudo os seus familiares, não compreenderem a sua decisão:

«Eu estava a explicar aos meus pais já não sei porquê que não tinha como objetivo, não era o meu *top of mind* ter filhos e eu vi na cara do meu pai... (...) eu vi a cara de desilusão do meu pai ao perceber que eu não queria dar-lhe um neto e honestamente é a pessoa que no meu mundo inteiro me faz mais, se calhar reconsiderar ou pensar bem nos meus argumentos para não o fazer (...) sinto uma pressão pouco saudável para o fazer. (...) Sempre que eu penso na velhice dos meus pais (...) eu penso pá, quão mais feliz seria o meu pai se tivesse um neto para andar sempre com ele para todo o lado e tudo mais, mas acho que apesar de saber que ia viver muitos anos com, muitos anos, toda a minha vida a pensar “eu não fiz isso por eles”, eu acho que nunca o faria se fosse só por eles (...) Mas é *big pressure*, e mói, mói um bocado.» (Ana, 25 anos)

«Quando os meus pais me dizem que querem muito netos eu acho que é uma manipulação emocional que eles não se apercebem que estão a fazer, porque deixa-nos uma pressão daquelas de “eu nunca vou poder dar aos meus pais netos”, e por mais que eles, não têm de ter poder de decisão sobre isso, eu percebo que ser avó ou avô é diferente de ser pai, percebo que eles quissem isso na vida deles (...). E ficam tristes, ficam sempre tristes.» (Mariana, 26 anos)

«“Então e quando é que tens filhos ou não sei quê” e pronto e sinceramente já estou farta, ainda que não me estejam sempre a dizer isso, já não gosto muito que estejam a perguntar isso, já não levo com a mesma leveza que levava há uns anos atrás.» (Nicole, 33 anos)

«Toda a gente à minha volta, a família toda à minha volta, portanto o contexto de aldeia, etc, etc., etc., têm uma visão muito conservadora, ou seja, neste momento alguém com 33 anos que não tenha construído família é irremediavelmente alguém que falhou e isso é muito presente no contexto comunitário.» (Rita I., 33 anos)

Além da “pressão”, da “manipulação emocional”, da não compreensão que algumas entrevistadas referem sobretudo por parte da família, existe também uma descredibilização face à escolha por não ter filhos e uma desvalorização das experiências e sentimentos destas pessoas, através da assunção do pressuposto que a vida das mulheres sem filhos é “mais fácil”.

«Tive muitas pessoas a dizerem que eu devia ter filhos o que me irritou ainda mais, porque parece que subestimam quando temos 20 anos que podemos ter as nossas próprias decisões. (...) Ainda hoje me dizem isso, ainda hoje me dizem que “vais mudar de ideias” ou pronto, a subestimarem muito a minha decisão.» (Mariana, 26 anos)

«Há uns 3 ou 4 anos, estava com uma colega num contexto de trabalho e estava para não variar a falar dos filhos (...), e depois começou a dizer “ah pois, tu não sabes o que é, mas hás de saber um dia quando tiveres filhos, porque tu agora não dás valor” e não sei quê, e estava neste rol constante (...) porque as pessoas que têm filhos normalmente têm muitas opiniões acerca de como as outras pessoas dormem bem porque não têm filhos, porque as outras pessoas têm tempo porque não têm filhos, porque as outras pessoas têm a vida mais fácil porque não têm filhos, é um sem número de vantagens que as pessoas passam a vida a dizer que as pessoas que não têm filhos têm. (...) Aquilo começou-me a irritar de tal forma e acho que até fui brusca (...) e tive de lhe dizer “olha, tens de parar com essa conversa porque estás sempre a partir do pressuposto de que tu estás num estado que eu quero atingir e que tenho de lá chegar e estás sempre a dizer quando eu tiver filhos é que vou ver, eu não vou ter filhos, não é algo que me vá acontecer e eu não tenho nada para ver aí que não possa ver noutros sítios ou que não queira ver noutros sítios, tens de parar com essa conversa”.» (Rita I., 33 anos)

Em consequência, algumas mulheres apontaram também o enfraquecimento de laços e relações devido à sua escolha. Nuns casos deu-se um afastamento devido ao questionamento constante da decisão ou mesmo à incompreensão da mesma, noutros casos houve um enfraquecimento de algumas relações decorrente das alterações de dinâmicas relacionais após um amigo ou familiar ter filhos:

«(...) É aquela coisa de, sei lá, de repente, com a minha prima, com quem tenho uma relação muito próxima, agora de repente 50% das nossas conversas são sobre o filho dela e não é super fácil eu conseguir estar com ela sem ele (...). Muda um bocadinho a nossa dinâmica e faz-me pensar que se eu tivesse filhos conseguiria interagir com ela e com outras amigas minhas num lugar mais de igual para igual, sinto que é uma decisão que afeta um bocado as minhas amizades (...). Sinto que claramente há ali um clube, há o clube dos primos que têm filhos e o clube dos primos que não têm filhos e pronto, nós claramente não fazemos parte.» (Alice, 35 anos)

«Num contexto mais particular dos amigos, é aquela pressão dos pares (...), mas que acaba por nos afastar também porque a certa altura tudo gira em volta dos filhos, não é, as pessoas que têm filhos recolhem-se mais dentro de casa, não há outras conversas e torna-se difícil, ou seja, também há ruturas de relações de amizade porque as pessoas deixam de ter pontos em comum.» (Rita I., 33 anos)

Uma das entrevistadas refere ainda sentir-se penalizada no trabalho devido ao facto de não ter filhos, já que nas reuniões de equipa que existem diariamente, as pessoas que não têm filhos são sempre o último grupo a reunir, o que faz com que a saída do trabalho seja mais tardia. Rita defende que o tempo das pessoas que não têm filhos não é valorizado e que acaba por sair prejudicada em termos de horário de trabalho devido à sua opção:

«É esta ideia como se a vida das pessoas sem filhos, principalmente das mulheres fosse muito mais perfeita porque têm muito mais tempo, ou seja, eu não podia dizer que dormia mal porque só dormem mal as pessoas com filhos, eu não posso dizer que estou cansada porque só estão cansadas as pessoas com filhos, eu não posso dizer que me sinto sem tempo porque só estão sem tempo as pessoas com filhos (...). Há uma infantilização também das mulheres sem filhos (...). Na prática achamos que só existe lugar para a conciliação quando as pessoas têm filhos e têm família, se as pessoas não tiverem filhos parece que não têm direito ao seu tempo pessoal e assim, eu sinto-me bastante penalizada, se calhar é onde eu me sinto mais penalizada, é como se o meu tempo pessoal não existisse e não fosse valorizado só porque não tenho filhos.» (Rita I., 33 anos)

De facto, debater a repronormatividade é importante para redefinir a reprodução e a procriação como uma preferência ou uma escolha em vez de um imperativo biológico (Franke, 2001). Este debate implica, portanto, a possibilidade da existência de uma identidade feminina que não contemple a maternidade (Franke, 2001). As mulheres que não querem ter filhos, são, por vezes expostas a comentários de outras pessoas face à sua decisão, algo que pode trazer desafios à forma como estas mulheres se relacionam com outros e vivem a sua decisão. Elis, por exemplo, indica a importância de preparar argumentos com os quais se possa defender quando surgirem comentários ou observações em relação à sua decisão:

«Se esse assunto vem ao de cima eu já tenho uma lista de argumentos para justificar a minha escolha, (...) uma lista de argumentos para me proteger, porque isso são mini-agressões que acontecem quando as pessoas invadem o teu espaço e nem se apercebem que o estão a fazer, ou seja, com estes juízos de valor e expectativas de uma vida de Cinderela que vai no cavalo e encontra o príncipe e tem bebés a seguir, e as pessoas realmente às vezes não se apercebem do quão mal estão a fazer às outras e pronto, por isso ando preparada com uma bula de pontos a dizer “então, mas eu não vou ter filhos porque tu queres que eu tenha filhos!”» (Elis, 31 anos)

4.4 Os perfis do processo de decisão

Como vimos ao longo destas páginas, é importante perceber de que forma as narrativas sobre a decisão de não ter filhos são construídas e se vão modificando ao longo do tempo. É um processo que passa, muitas vezes, por vários momentos de decisão e que nem sempre é estático e, mesmo quando é, nem sempre é definitivo.

Ficou claro que não existe um único motivo ou experiência que sustente uma decisão de não ter filhos, antes é uma decisão que se vai construindo reflexivamente e que é ancorada por várias variáveis que podem ser motivos individuais (como a perda de liberdade e independência, importância dada à carreira, falta de vontade, falta de ligação com crianças) ou coletivos (como a preocupação com o mundo), pode ter a ver com questões contextuais (idade, contexto financeiro, de saúde ou conjugal), pode ter a ver com os tempos de vida ou ser influenciado por experiências individuais passadas.

A decisão de não ter filhos é então uma construção processual. Algumas mulheres tomam uma decisão precoce de permanecer sem filhos, enquanto outras passam por um processo que ocorre ao longo do tempo acompanhado por contextos e eventos de vida (McAllister e Clarke, 1998).

Neste ponto e a partir da análise dos resultados, podemos identificar três perfis que conduzem a uma narrativa de decisão de infertilidade voluntária. O primeiro diz respeito às mulheres que nunca quiseram ter filhos; o segundo diz respeito às mulheres que não querem ter filhos, mas já pensaram ter; e o terceiro (que representa apenas uma mulher, mas que se considera importante analisar, uma vez que é um perfil que contribui para a diversidade que é possível encontrar na compreensão do fenómeno) diz respeito às mulheres que não queriam ter filhos, mas atualmente o veem como uma possibilidade futura.

Na tentativa de melhor compreender os diferentes perfis, incluindo as suas dinâmicas e as principais características que estão por trás dos mesmos, foi criada uma tipologia de perfis com uma proposta de nomeação.

No primeiro perfil, que foi nomeado como *fixo*, o processo de decisão de não ter filhos apresenta-se mais constante. Isto é, desde cedo que estas mulheres afirmaram não querer ou não sentir vontade de algum dia se tornarem mães. A constância desta vontade não significa irrevogavelmente que estas entrevistadas nunca tivessem questionado essa possibilidade, ela apenas nunca se tornou uma hipótese realmente possível, desejada ou perspectivada para as suas vidas.

«Desde jovem que, que nunca tive vontade de ter filhos, adoro crianças, sempre senti que não teria a habilidade ou competência para ser mãe. (...) Eu nunca tive o desejo de ter filhos, nunca senti aquele chamamento que nós aqui designamos [risos], já antes de aparecer a doença, nunca tive aquele espírito e aquela vontade de ser mãe.» (Madalena, 35 anos)

«Nunca senti vontade de ter, pronto, tirei o curso, depois comecei a trabalhar e também depois envolvi-me sempre se calhar um bocadinho mais na carreira, mas não é uma desculpa, porque eu também nunca senti muito esse apelo (...). Eu nunca tive esse desejo, posso dizer.» (Nicole, 33 anos)

«Acho muito que há mesmo pessoas que nasceram para ser mães, há pessoas que o objetivo de vida delas é ser mãe e eu... nunca fui uma coisa... nada... nunca tive esse pensamento, nunca quis e quanto mais o tempo passa mais tenho a certeza que não.» (Sofia, 29 anos)

«E sempre tive este pensamento, quando era miúda, mais nova, na adolescência, dizia sempre que era porque não queria passar pela parte da maternidade em si, mas depois pá, é mesmo algo que eu não me imagino porque não faz mesmo parte dos meus planos, não é isso que eu quero para a minha vida.» (Teresa, 27 anos)

O segundo diz respeito aos discursos das mulheres que já pensaram ter filhos e que atualmente rejeitam a ideia de maternidade. Este perfil foi chamado de *convergente*, uma vez que, embora a ideia inicial ou anterior para estas mulheres passasse por ter filhos, atualmente a decisão aproxima-se daquela que ocorre no perfil fixo. Estas narrativas dão-nos algumas luzes relativamente à forma como uma decisão de não ter filhos se vai construindo e solidificando. Para Andreia, Alice e Elis, a decisão foi sendo construída a partir de um processo de autorreflexão:

«Na passagem para a vida adulta, ou seja, ali a partir da adolescência até à passagem para a vida adulta sempre tive uma perspetiva muito pouco crítica destas questões, ou seja, seguia aquilo que era normal, (...) aquilo que era o mais comum digamos assim, o percurso, o projeto de vida que era mais comum e que eu tinha como exemplo de toda a gente que era encontrar um moço respeitável, casar, ter filhos e ser feliz para sempre [risos]. É este o modelo e portanto uma boa parte da minha vida segui sem grandes ânsias, mas procurava este percurso porque era o percurso normal e portanto o percurso que eu achava que eu como toda a gente, iria seguir.» (Andreia, 42 anos)

«Não sei, quando era miúda lembro-me que achava que queria ter filhos e depois a certa altura comecei a perguntar-me se era uma coisa que eu queria de facto, ou se era, não necessariamente uma imposição social, mas uma expectativa social.» (Alice, 35 anos)

«Para aí dos 16 aos 18 qualquer pessoa que me perguntasse o que é que eu queria ser e o que é que eu queria fazer quando fosse crescida eu dizia sempre a mesma coisa que era, morar na Avenida de Roma, ter um trabalho das 9h às 17h e ter bebés com o meu marido e lá está, entretanto fazia voluntariado e comecei a pensar (...) e é quando se começa a ver os agregados familiares e a forma como o papel da mulher é estudado ao longo dos tempos, isso também te faz questionar a ti própria, ou seja, será que esta narrativa que estás a “comprar” te está a ser imposta ou queres mesmo? E refletindo sobre isso, na verdade não quero ter bebés.» (Elis, 31 anos)

Podemos perceber, ao longo do discurso de Andreia, Alice e Elis que a ideia inicial de ter filhos, para estas entrevistadas, está associada sobretudo a uma expectativa social, a um caminho que, por ser tão amplamente comum e pouco questionado, acaba por ser a opção e o caminho que as mulheres conhecem e aplicam, inquestionavelmente, para si.

No caso de Andreia, existe uma particularidade interessante. A entrevistada, durante o seu primeiro casamento, tentou várias vezes engravidar, mas não conseguiu. Andreia considera que o não engravidar foi uma espécie de resposta que o corpo deu àquilo que de facto não queria, mas que ainda não se tinha apercebido conscientemente:

«Há uma parte das questões psicológicas que depois são somatizadas pelo corpo e eu tenho ali uma sensação que se calhar eu não engravidei porque no fundo eu não queria, porque havia uma parte de mim que não deixou que isso acontecesse, porque eu fiz montes de exames, tudo certíssimo, estava tudo bem, com o meu ex-marido também estava

tudo bem, (...) e há uma sensação que, de alguma maneira eu tive sorte, felizmente o meu corpo conseguiu mais facilmente perceber os sinais do que a cabeça, de uma vontade que já existia e que o meu corpo conseguiu perceber isso melhor do que a parte racional. (...) Às vezes é aquela coisa de, sentimos qualquer coisa, mas não a conseguimos explicar bem e era isso que eu sentia, porque quando eu estava nessa fase de eventualmente tentar engravidar eu imaginava sempre o... às vezes há aquelas coisas na vida em que nós pensamos e se isto corre mal? No meu caso eu pensava isso, era e se eu de facto engravidado?.» (Andreia, 42 anos)

No caso de Rita, a decisão foi-se construindo, mas nunca representou a única opção possível, surgindo mais como um percurso no meio de vários possíveis, uma alternativa entre outras:

«Então, se calhar o mais relevante é dizer que eu não quis sempre não ter filhos, portanto foi uma coisa que foi surgindo e se foi solidificando na idade adulta, se calhar quando me imaginava em criança ou adolescente imaginava-me a no futuro ter filhos, a... e sempre imaginei que isso fosse acontecer numa fase prematura da idade adulta, ou seja, sempre pensei que isso fosse acontecer pelos 20 e poucos anos, mas obviamente que a realidade é outra e aos 20 e poucos anos isso não aconteceu.» (Rita I., 33 anos)

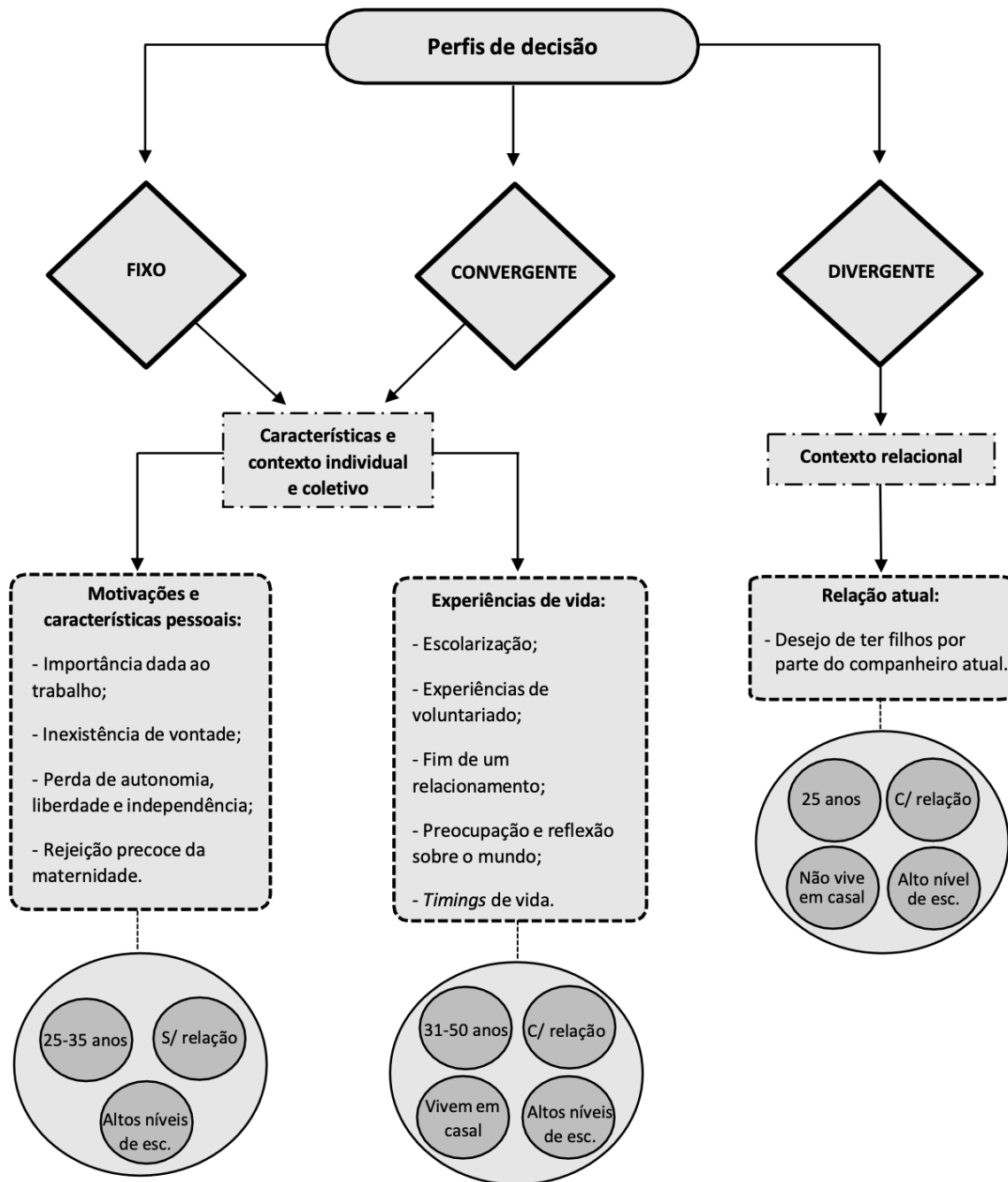
Existem também processos de decisão onde não existiu um momento de viragem tão acentuado como nos casos destas entrevistadas. No caso de Sara e Dani, por exemplo, o não ter filhos resultou mais de circunstâncias da vida. Embora estas mulheres tenham considerado ou pensado que algum dia se poderiam tornar mães, por diversas circunstâncias, motivos ou vontades tal acabou por não acontecer.

Um último perfil identificado, ao qual se chamou de *divergente*, traça um caminho contrário: o das mulheres que não queriam ter filhos, mas que atualmente o mantêm como uma possibilidade.

«Acho que o facto de ser filha única fez com que ao longo da minha infância e da minha adolescência, não pusesse muito, não tivesse muito sonhos sobre ser mãe, não era algo que me fascinasse ou que eu fizesse disso um objetivo de vida. (...) Hoje em dia estou numa relação bastante séria com um rapaz e este meu parceiro tem mesmo como objetivo de vida ter filhos, constituir família e a verdade é que quando nós nos pomos a pensar nisso com outra pessoa, nós acabamos por pensar duas vezes nas coisas e, se calhar não era um objetivo meu ao princípio e para mim, mas, mas com ele as coisas começam a fazer um bocadinho mais de sentido, portanto lá está, não é uma coisa que eu tenha fixa (...). Não somos estanques, nós nunca somos estanques, portanto todos os outros fatores, as nossas vivências, as nossas experiências, vão-nos moldando àquilo que nós achávamos que éramos e portanto, eu já reconsidero muito.» (Ana, 25 anos)

Apesar de este perfil se referir apenas a um caso neste trabalho, a verdade é que não poderia ficar excluído da análise. O facto de, no momento do primeiro contacto, a entrevistada não considerar a maternidade no seu percurso de vida e, no momento da entrevista, aparecer como uma possibilidade reflete as ambivalências e irregularidades pelas quais pode passar um processo de decisão de não ter filhos. Se, em casos anteriores, admitimos a possibilidade das experiências e vivências individuais despoletarem um processo reflexivo em relação a não ter filhos, fica claro que o contrário também pode acontecer.

Figura 2 – Tipologia dos perfis da decisão de mulheres que não querem ter filhos



Sabe-se que um processo de decisão está estritamente ligado com as trajetórias individuais e depende de várias variáveis, ainda assim podemos estabelecer algumas ligações entre as dimensões de análise que representam um peso maior para cada perfil.

No perfil fixo podemos considerar que algumas características individuais têm mais peso, sobretudo motivos associados à perda de liberdade e independência, importância dada ao trabalho e também a uma rejeição mais precoce da maternidade. Isto é, desde muito cedo que estas mulheres consideravam a maternidade a partir de perdas a ela associadas.

O perfil convergente está fortemente ligado com as experiências de vida. Como vimos, algumas destas mulheres reposicionaram a sua decisão relativamente a ter filhos a partir de um processo de autorreflexão que foi despoletado por algumas vivências individuais – como o fim de um relacionamento, experiências de voluntariado, uma licenciatura ou outras vivências pessoais. Os tempos de vida e algumas circunstâncias também dão maior peso ao segundo perfil, sobretudo para as mulheres que não passaram por uma viragem de decisão tão acentuada. Os motivos coletivos como a preocupação com o mundo também tem um peso significativo neste perfil.

No perfil divergente percebe-se que a dimensão conjugal tem um peso significativo. No caso, a entrevistada nunca equacionou ter filhos, mas esse cenário aparece como uma possibilidade na sua relação atual.

Mais uma vez, os processos de decisão são pautados por ambivalências e irregularidades e incluem várias variáveis, motivos e podem depender de contextos e tempos de vida. Os fatores que considero dar mais peso a cada perfil não são os únicos que sustentam as decisões, apenas podem aparecer com maior evidência, neste momento, na vida das pessoas.

CAPÍTULO 5

Reflexões finais

Gillespie (2003) considerava existir uma tomada de decisão “ativa” e “passiva” no processo de não ter filhos. A ativa representava o grupo de mulheres que decidiam em fases precoces das suas vidas (infância e adolescência) permanecer sem filhos, enquanto outras mulheres apresentavam maior ambivalência na decisão. Verifica-se que as mulheres que não querem nem nunca pensaram ter filhos passam por um processo de decisão mais constante, mas a verdade é que não por isso a intensidade da rejeição é mais forte. As mulheres que não querem ter filhos, mas que já pensaram ter apresentam níveis de rejeição da maternidade altos e, ao mesmo tempo, altos níveis de segurança face à sua decisão. Os processos reflexivos evoluem tendo em conta as experiências, vivências e aprendizagens ao longo da vida e constituem uma capacidade que pode ser exercida mentalmente ou através de um discurso oral e escrito (Caetano, 2016). As experiências que catapultaram os processos reflexivos pelos quais algumas destas mulheres passaram, sobretudo na viragem da decisão, pode ter exigido ferramentas intelectuais, emocionais ou racionais que foram sendo lapidadas e que as ajudaram a compreender esta decisão consigo próprias e conseqüentemente a partilhá-la e a vivê-la com os outros.

Por outro lado, algumas mulheres que nunca quiseram ou pensaram ter filhos apresentam alguma abertura face à possibilidade de se tornarem mães – o que não quer dizer que o equacionem ou que pensem em fazê-lo, mas “nunca se sabe o que pode acontecer”. Isto contradiz alguns autores (McAllister e Clarke, 1998; Gillespie, 2003) que referem que as mulheres que tomam uma decisão precoce em relação à maternidade mantêm uma atitude irrevogável face à sua decisão.

Portanto, a oscilação da decisão ou, antes, o momento da vida a partir do qual uma mulher refere que não quer ter filhos, não representa necessariamente uma rejeição mais ou menos acentuada da maternidade. Uma mulher que hoje não quer ser mãe, mas que grande parte da sua vida quis, pode estar completamente segura relativamente à sua decisão e pode dispor de ferramentas mentais e analíticas que sustentam fortemente a sua decisão para si mesma e para os outros. Por outro lado, uma mulher que nunca quis, nunca pensou e nunca desejou ser mãe em toda a sua vida, pode apresentar algum tipo de dúvida face ao futuro, o que não torna a sua decisão menos legítima ou menos credível.

Apesar da grande variedade de fatores que possam contribuir para uma escolha de não maternidade, vimos que a liberdade que um estilo de vida sem filhos oferece é uma realidade muito valorizada por grande parte destas mulheres, tal como alguns estudos indicam (Gillespie, 2003; Pangabeen, 2014).

Falei, no segundo capítulo, de alguns estudos que demonstraram a existência de perfis de mulheres que não querem ter filhos (Letherby, 2002; McAllister e Clarke, 1998). Um primeiro perfil associado às mulheres que desde cedo não querem ter filhos, considerava essas mulheres como tendo menos afinidade com crianças e que a sua decisão estaria mais relacionada com essa desafeição do que propriamente com o peso da carreira profissional. Como vimos no final do capítulo anterior, no perfil fixo (também associado às mulheres que desde sempre não querem ter filhos) o trabalho surge como uma dimensão muito importante na vida destas mulheres, assim como a liberdade e autonomia, muito mais do que a falta de ligação com crianças, que acontece apenas em alguns casos distribuídos pelo perfil fixo e perfil convergente.

Ao longo das últimas décadas, algumas áreas, nomeadamente a demografia, a psicologia e a sociologia, têm estudado o fenómeno da não maternidade ou da infecundidade voluntária. Importa insistir que alguns estudos nesse âmbito incluem critérios de inclusão específicos (como, por exemplo, ter uma determinada idade, viver com um/a parceiro/a, não ter constrangimentos financeiros e físicos, entre outros) e sublinham a dificuldade de estudar o tema, considerando que o desejo de uma vida sem filhos pode ser temporário, uma vez que pode ocorrer uma gravidez mais tarde no tempo (Gillespie, 2003; Moore, 2014; Park, 2005; Kreyenfeld e Konietzka, 2017). Algumas abordagens podem ser sintomáticas de um modelo de pensamento vigente baseado em ideais repronormativos, e assentam na mesma lógica de desconsideração e descredibilização das narrativas de mulheres que independentemente da sua situação conjugal, financeira, idade ou contexto não querem ter filhos. Vimos, de facto, que uma pessoa pode alterar a sua posição relativamente a ter filhos de *não querer ter para querer ter* ou, pelo menos, *pensar nessa possibilidade*, mas o contrário também pode acontecer e, mesmo para as mulheres que nunca quiseram ter filhos, isso por si só não oferece uma garantia definitiva da decisão.

Para uma análise mais profunda da infecundidade voluntária, penso que os três perfis identificados neste trabalho podem ser um contributo para considerar uma decisão de não ter filhos como um processo que vai ocorrendo ao longo da trajetória de vida de uma pessoa, que pode apresentar graus variáveis e oscilantes de rejeição da maternidade ao longo do tempo. Considerar apenas um perfil ou uma trajetória como dando uma garantia de decisão pode, por um lado, ignorar a existência de outras experiências de decisão e realidades que nos poderiam oferecer outros ângulos de análise e, por outro, contribuir para reforçar as narrativas que afetam estas mulheres e que as tornam suscetíveis a processos de estigma e exclusão social.

Em trabalhos futuros penso que seria importante incluir mulheres de todos os níveis educacionais e, eventualmente, incluir a orientação sexual como uma característica categorizadora.

Bibliografia

- Aboim, Sofia (2005), “As orientações normativas da conjugalidade”, em *Famílias em Portugal*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, pp. 169-229
- Aboim, Sofia, Vasconcelos, Pedro, Costa, Carlos (2013), “Para além da heteronormatividade: repensando os significados da família”, em *Famílias no plural: alargar o conceito, largar o preconceito*, ILGA Portugal, Lisboa
- Anzorena, Claudia e Sabrina Yáñez (2013), “Narrar la ambivalencia desde el cuerpo: diálogo sobre nuestras propias experiencias en torno a la “no-maternidad””, *Revistas Científicas Complutenses, Vol. 4*, Madrid, pp. 221-239
- Bacelar, Sérgio (1996), “Para uma sociologia da produção estatística: virtualidades duma leitura sintomática da informação estatística”, *Revista de Estatística – 1º Quadrimestre de 1996*, Lisboa, pp. 49-62
- Badinter, Elisabeth (1985), *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro
- Bauman, Zygmunt (2004), *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*, Zahar Ed, Rio de Janeiro
- Beck-Gernsheim, E. (2002), *Reinventing the family: in search of new lifestyles*, Polity Press, Cambridge
- Besson, Jean-Louis (1992), *La Cité des chiffres ou l’illusion des statistiques*, Paris, Autrement
- Burgess, Ernest, M. J. Locke, M. Thomas (1960), *The family from institution to companionship*, Nova York, American Book
- Caetano, Ana (2016), “O mundo aos nossos olhos: socialização familiar e reflexividade”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 58–74
- Cardenal, Eugenia (2016), “Biografía y relato en el análisis sociológico. La aportación de la escuela BNIM (Biographic Narrative Interpretive Method)”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 155, pp. 55-72
- Chodorow, Nancy (1978), *The Reproduction of Mothering*, University Of California Press, California
- Clemente, Susana, Lages, Rita, Malta, Joana (2021), “Infecundidade permanente e voluntária: as pessoas sem filhos e sem intenção de os vir a ter”, em *Inquérito à Fecundidade 2019*, INE, Lisboa

- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Celta Editora, Oeiras
- Dias, Isabel (2015), *Sociologia da Família e do Género*, Pactor, Porto
- Franke, Katherine (2001), "Theorizing Yes: An Essay on Feminism, Law, and Desire", *101 Colum, L, Rev*, pp. 181-208
- Giddens, Anthony (1996), *Transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo*, Celta Editora, Oeiras
- Gillespie (2000), "When no means no: disbelief, disregard and deviance as discourses of voluntary childlessness", *Woman's Studies International Forum*, Vol 23, No. 2, pp. 223-234
- Gillespie (2001), "Contextualizing voluntary childlessness within a postmodern model of reproduction: implications for health and social needs", *Critical Social Policy* 21 (2), Londres, pp. 139-159
- Gillespie (2003), "Childfree and feminine: Understanding the gender of voluntary childless woman", *Gender & Society*, vol 17, no 1, pp. 122-136
- Goffman, Erving (1975), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Coletivo Sabotagem, Rio de Janeiro
- Guerreiro, Maria das Dores, Torres, Anália, Lobo, Cristina (2007), "Famílias em mudança: configurações, valores e processos de recomposição", em *Portugal no Contexto Europeu*, Vol. III, CIES-ISCTE – CELTA, Lisboa, pp. 7-37
- Hoffman, S. R., Levant, R. F. (1985), "A comparison of childfree and child-anticipated married couples", *Family Relations*, 34, 197-203
- Houseknecht, S. K. (1987), "Voluntary childlessness", *Chapter 14, in Handbook of marriage and the family*, pp. 369-395
- INE (1983), *Inquérito Português à Fecundidade*, INE, Lisboa
- INE (1997), *Inquérito à Fecundidade e Família 1997*, INE, Lisboa
- INE (2013), *Inquérito à Fecundidade 2013*, INE, Lisboa
- INE (2018), "Conceitos: Índice Sintético de Fecundidade (ISF)" (online), consultado a 29/09/2018, disponível em: <https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5310>
- INE (2021), *Inquérito à Fecundidade 2019 (IFEC)*, INE, Lisboa
- Kauffman, Jean Claude (1993), *Sociologie du couple*, Presses Universitaires de France, Paris
- Kreyenfeld, Michaela e Konietzka, Dirk (Eds.) (2017), *Childlessness in Europe: Contexts, Causes,*

- and Consequences*, Springer Open, Berlin
- Leandro, Maria Engrácia (2001), *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*, Universidade Aberta, Lisboa
- Letherby, G. (2002), "Childless and bereft?: Stereotypes and realities in relation to 'voluntary' and 'involuntary' childlessness and womanhood", *Sociological Inquiry*, 72, 7–20.
- Manteigas, Catarina (2011), "O projeto de não-maternidade por opção: percursos, circunstâncias e estabilidade", *Tese de Mestrado*, Lisboa
- McAllister, F., & Clarke, L. (1998), *Choosing childlessness*, Family Policy Study Centre, London
- Moore, Julia (2014), "Reconsidering Childfreedom: A Feminist Exploration of Discursive Identity Construction", *Women's Studies in Communication*, 37:2, pp. 159-180
- Pangabeen, Grace (2014), "Involuntary childlessness, stigma and woman's identity", *Sociologi Reflektif*, Vol 9, No 1, pp. 51-62
- Park (2005), "Choosing Childlessness: Weber's Typology of Action and Motives of the Voluntarily Childless", *Sociological Inquiry*, Vol 75, no 3, pp. 372-402
- Parsons, Talcott (1968), *The structure of social action: a study in social theory with special reference to a group of recent european writers*, The Free Press, New York
- Perista (coord.), et al. (2016) *Inquérito Nacional aos Usos do Tempo de Homens e Mulheres (INUT)*, CITE, Lisboa
- Pina, Cláudia, Magalhães, Graça (2014), "Principais tendências demográficas", *Capítulo 1, Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança*, Lisboa, pp. 25-41
- Pordata (2021), "Índice Sintético de Fecundidade" (online), consultado a 30/11/2021, disponível em: <https://www.pordata.pt/Europa/%c3%8dndice+sint%c3%a9tico+de+fecundidade-1251>
- Pordata (2022), "Casamentos e Divórcios" (online), consultado a 18/07/2022, disponível em: <https://www.pordata.pt/Subtema/Portugal/Casamentos+e+Div%C3%B3rcios-33>
- Santos, Ana Cristina (2018), "Repronormativity and its Others: Queering Parental Love in Times of Culturally Compulsory Reproduction", *Analyze – Journal of Gender and Feminist Studies* N11/2018, Coimbra, pp: 199-215
- Silva, Isabel Machado da, Frizzo, Giana (2014), "Ter ou não ter? Uma revisão da literatura sobre casais sem filhos por opção", *Revista Pensando Famílias*, Vol. 18, Nº2, Porto Alegre
- Singly, François de (1993), *Sociologie de la famille contemporaine*, Nathan, Paris

- Somers, M. D. (1993), "A comparison of voluntarily childfree adults and parents", *Journal of Marriage and the Family*, 55, pp. 643-650
- Torres, Anália (2001), *Sociologia do casamento: a família e a questão feminina*, Celta Editora, Oeiras
- Wall, Karin (2005), "Famílias em Portugal: uma primeira síntese das grandes tendências" em *Famílias em Portugal*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, pp. 44-49
- Weissman, Anna (2016), "Repronormativity and the Reproduction of the Nation-State: The State and Sexuality Collide", *Journal of GLBT Family Studies*, 13:3, pp. 277-305
- Wengraf, Tom (2001), *Qualitative Research Interviewing*, Sage Publications, London